

Plano Director Municipal Valença

Setembro 2008 | Câmara Municipal de Valença do Minho



03. Avaliação Ambiental Estratégica

Relatório Ambiental

Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura
Rua de S. Sebastião 191, 1º Dto. 3810-187 Aveiro | tel. / fax. 234426985
www.lugardoplano.pt | lugardoplano@lugardoplano.pt



Índice

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. Descrição geral do conteúdo	4
1.2. Enquadramento da proposta de revisão do PDM de Valença	4
1.3. Enquadramento Legal da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Valença	6
2. METODOLOGIA	6
2.1. Fundamentos da AAE e do Relatório Ambiental	6
2.2. Consultas	7
3. OBJECTO DE AVALIAÇÃO – ANTECEDENTES, QUESTÕES ESTRATÉGICAS	11
4. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FACTOR CRÍTICO PARA A DECISÃO	14
4.1. FCD: Biodiversidade	16
4.1.1. Descrição do FCD e seus objectivos	16
4.1.2. Situação existente e análise de tendências	17
4.1.3. Efeitos esperados, oportunidades e riscos	24
4.1.4. Directrizes para seguimento	30
4.2. FCD: Património Cultural	32
4.2.1. Descrição do FCD e seus objectivos	32
4.2.2. Situação existente e análise de tendências	33
4.2.3. Efeitos esperados, oportunidades e riscos	35
4.2.4. Directrizes para seguimento	36
4.3. FCD: Factores Físicos	37
4.3.1. Descrição do FCD e seus objectivos	37
4.3.2. Situação existente e análise de tendências	39
4.3.3. Efeitos esperados, oportunidades e riscos	53
4.3.4. Directrizes para seguimento	56
4.4. FCD: Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	57
4.4.1. Descrição do FCD e seus objectivos	57
4.4.2. Situação existente e análise de tendências	59
4.4.3. Efeitos esperados, oportunidades e riscos	65
4.4.4. Directrizes para seguimento	66
5. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO	67
6. PLANO DE CONTROLO	69
7. CONCLUSÕES	83
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
9. ANEXOS	85

1. Introdução

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/42/CE, de 27 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho e corporiza num contexto jurídico-administrativo a avaliação ambiental de determinados planos e programas, vulgarmente designada como Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

A AAE tem como objectivos globais (Partidário M.R., 2006; Partidário M.R., 2004):

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspectiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
- Auxiliar na identificação, selecção e justificação de opções ganhadoras (win-win) face aos objectivos de ambiente e desenvolvimento;
- Detectar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Assim com a aplicação da AAE pretende-se estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação de determinados planos e programas.

De acordo com o artigo 5.º da Directiva 2001/42/CE, sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa, a sua posição no processo de tomada de decisões e a medida em que determinadas questões sejam mais adequadamente avaliadas a níveis diferentes do processo, por forma a evitar uma duplicação da avaliação.

O presente Relatório Ambiental constitui o principal contributo do processo de AAE para a revisão Plano Director Municipal de Valença, fazendo-se acompanhar do respectivo Resumo Não Técnico.

1.1. Descrição geral do conteúdo

O presente relatório acompanha o disposto no Decreto-Lei n.º 232/07 de 15 de Junho estando metodologicamente adaptado ao grau de maturidade dos trabalhos do PDM de Valença que à data de publicação do referido Decreto-Lei estava em fase final de conclusão.

A análise ambiental vertida no presente Relatório incidirá sobre os Factores Críticos de Decisão (FCD), identificados previamente no Relatório de Factores Críticos (RFC), designadamente: Biodiversidade, Património Cultural, Factores Físicos e Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.

Estes factores foram analisados tendo em consideração a situação existente a análise de tendências, os efeitos esperados, as oportunidades e riscos, e quadro de governança para a acção.

É dado ainda particular destaque às Directrizes para seguimento (monitorização e avaliação) da aplicação das opções da proposta de revisão do PDM tendo em consideração as questões de sustentabilidade ambiental.

1.2. Enquadramento da proposta de revisão do PDM de Valença

As opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Valença surgem enquadradas por dois tipos de objectivos: a) os objectivos que decorrem da aplicação do regime legal inscrito no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, para os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), nomeadamente PDM; e b) o conjunto de objectivos estabelecidos para a concretização do PDM de Valença.

Assim, os PMOT estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia de qualidade.

Os PDM ao estarem incluídos no grupo dos PMOT dão suporte à estratégia territorial, à política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e às demais políticas urbanas contribuindo para estabelecer um modelo de organização espacial do território de um concelho. O PDM é neste contexto o instrumento de excelência para estabelecer programas de acção territorial e dar eco ao desenvolvimento de acções territoriais.

Num contexto geral os objectivos estratégicos do PDM de Valença devem dar resposta aos objectivos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, para os PMOT designadamente:

- a) A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- b) A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- c) A articulação das políticas sectoriais com incidência local;
- d) A base de uma gestão programada do território municipal;
- e) A definição da estrutura ecológica municipal;
- f) Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- g) Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções;
- h) Os critérios de localização e distribuição das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- i) Os parâmetros de uso do solo;
- j) Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- l) Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

Para efeitos de definição do Quadro Estratégico da proposta de revisão do PDM em estudo, foi dado particular relevo à componente estratégica específica do PDM, num contexto em que este instrumento de acordo com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, expressa territorialmente a estratégia de desenvolvimento local para o concelho de Valença.

Neste contexto identificaram-se as seguintes opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Valença:

- **Opção 1 – Requalificação Urbana e Rede de equipamentos.**
- **Opção 2 – Reorganização da Estrutura Viária.**
- **Opção 3 - Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica.**
- **Opção 4 - Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho.**

1.3. Enquadramento Legal da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Valença

O PDM de Valença está abrangido pelo regime de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, conjugado com o disposto no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.

Apesar dos trabalhos de apoio à revisão do PDM de Valença estarem profundamente evoluídos à data de publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, o facto do PDM não estar em fase de discussão pública implicou a obrigatoriedade de execução do Relatório Ambiental.

2. Metodologia

2.1. Fundamentos da AAE e do Relatório Ambiental

A avaliação ambiental de planos e programas é um procedimento obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Directiva 2001/42/CE, de 25 de Junho (Partidário M.R., 2007).

De acordo com o Artigo 5.º da Directiva 2001/42/CE, sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa, a sua posição no processo de tomada de decisões e a medida em que determinadas questões sejam mais adequadamente avaliadas a níveis diferentes do processo, por forma a evitar uma duplicação da avaliação.

O grande objectivo da AAE é estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação de determinados planos e programas.

O presente Relatório Ambiental constitui o principal contributo do processo de AAE para a revisão do PDM de Valença.

2.2. Consultas

A Directiva da AAE requer que, antes da aprovação do projecto de plano ou programa e do respectivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja susceptível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação (Quadro 1). A primeira consulta teve lugar aquando da apresentação do Relatório de Factores Críticos.

Quadro 1 - Entidades consultadas para parecer do RFC da proposta de revisão do PDM de Valença

Entidade Consultada	Resposta (S/N)	Comentário (S/N)
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade	S	S
Agência Portuguesa do Ambiente	S	S
Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional-Norte	S	S
Instituto da Água	S	S
Administração Regional de Saúde do Norte	S	S

No Quadro 2 apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres efectuados pelas entidades consultadas. Os pareceres podem ser consultados no Anexo 1.

Quadro 2 – Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas.

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s)
<p>Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade</p>	<p>Refere que o RFC apresenta algumas fragilidades metodológicas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Forma como chega à definição dos referidos Factores Críticos, ao não explanar os fundamentos para a definição das Opções Estratégicas e Objectivos da Revisão do Plano; • Confusão de conceitos e de terminologias entre factores ambientais, de sustentabilidade, críticos de decisão e critérios etc. <p>Entende-se que o relatório pode ser melhorado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definindo o objecto da avaliação; • As opções estratégicas e objectivos da Revisão do PDM, deveriam surgir apoiadas de forma clara e sistemática, pelos dados de reflexão e avaliação feitas sobre o Plano em vigor e/ou sobre o sentido das dinâmicas do território; • A definição do conjunto de Factores Críticos para a decisão em AAE deverá resultar de uma análise objectiva, correlacionada entre os objectivos dos Instrumentos do Quadro Estratégico de referência e os objectivos da Revisão do PDM de Valença (tabelas de dupla entrada); • O conjunto de Factores Críticos (FC) a utilizar para a AAE, deverão permitir avaliar as dimensões de sustentabilidade do modelo de ordenamento de território proposto, pelo que: <ol style="list-style-type: none"> 1) Os FC definidos confundem-se com os factores ambientais; 2) Os indicadores a associar a cada FC deveriam ser mensuráveis, o que não se verifica em todos os casos. • Relativamente ao conjunto de FC sugerimos que se considere “Segurança e Riscos Ambientais”, com indicadores associados a “risco de incêndio”, “risco de cheias”, “instabilidade geomorfológica”, “contaminação de aquíferos”, “poluição atmosférica”, etc.; • Proposta de um conjunto de critérios de avaliação e respectivos indicadores (consultar os indicadores propostos no Anexo 1) para o Factor “Biodiversidade”: <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Gestão de Habitats 2. Conservação e Gestão da Paisagem 3. Conservação e Gestão da Floresta 4. Estrutura Ecológica Municipal
<p>Agência Portuguesa do Ambiente</p>	<p>Entende que “a vocação local destes instrumentos de gestão territorial exige uma ponderação dos interesses ambientais, também com incidência muito particular na área de intervenção em causa, pelo que a entidade melhor vocacionada para emitir o parecer solicitado em virtude das suas atribuições regionais é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional com jurisdição na área” (CCDR Norte).</p>

Quadro 2 (Continuação) – Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas.

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s)
<p>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte</p>	<p>Considerar na definição do Quadro de Referência Estratégico (QRE):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) • Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II) • Directiva Quadro da Água (Directiva n.º 2000/60/CE) <p>Análise do QRE</p> <p>Relativamente à análise do QRE, seria vantajoso analisar as interacções entre os objectivos do PDM e os dos documentos preconizados no QRE construído, de modo a perceber as relações de concorrência e/ou complementaridade existentes.</p> <p>Sugere-se o reforço das seguintes temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão do “uso eficiente da água” nos objectivos de sustentabilidade dos critérios “Água superficial subterrânea” e “Água para consumo humano”, definindo objectivos e metas; • Inclusão da identificação da rede de águas pluviais e respectivas medidas de minimização dos riscos associados à sua ligação aos cursos de água, no factor crítico “Recursos Hídricos”; • No factor Biodiversidade os indicadores de medição deveriam, sempre que possível, traduzir-se em acções e/ou referenciais decorrentes da aplicação do plano (áreas afectas à Rede Natura 2000 e à Estrutura Ecológica Municipal), medidas de gestão ou outras acções a integrar o programa de execução do PDM ou outros indicadores sobre o cumprimento das orientações de gestão e conformidade com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000; • Relativamente aos Factores Físicos e Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade entende-se que os objectivos de sustentabilidade e os indicadores deveriam apresentar uma correspondência mais directa com as propostas do plano; • Esclarecer o enquadramento do objectivo “diminuir os níveis de ruído e vibração” relativamente aos factores críticos “factores físicos” e “ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade”; • Considerar a presença de duas estações de Comboio de Alta Velocidade e a Plataforma Logística, para além das redes viária e ferroviária, no factor crítico “ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade”; • Salienta-se que os indicadores a considerar deverão ser facilmente mensuráveis e a sua avaliação/quantificação deverá ser explicitada. <p>Faria sentido prever, neste documento, o reforço da fase de “seguimento” no Relatório Ambiental, que contemple a monitorização com base nos indicadores identificados, bem como a adopção de medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos significativos que venham a ser identificados na avaliação.</p> <p>Informa que o presente parecer já contempla a posição da futura Administração da Região Hidrográfica, ainda integrada na estrutura da CCDDR-N.</p>

Quadro 2 (Continuação) – Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas.

Entidade	Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s)
Instituto da Água	<p>Incluir, ao nível dos recursos hídricos, o objectivo de sustentabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção do Uso eficiente da água <p>Acrescentar, Planos e Programas, ao QRE:</p> <ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional da Água Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água Plano Estratégico de Abastecimento de Água e saneamento de Águas Residuais <p>Objectivos de Protecção Ambiental, considerar as disposições legais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro DL n.º 77/2006, de 30 de Março DL n.º 226-A/2007, de 31 de Maio
Administração Regional de Saúde do Norte, IP	<p>Da análise do documento apresentado, parecem-nos adequadas a definição dos tipos de factores críticos bem como, as ligações propostas entre os objectivos definidos no PDM de Valença com os diferentes instrumentos de planeamento existentes tanto a nível nacional, regional como local. No entanto, parece-nos adequado que no seu enquadramento conste também de igual forma a análise do Plano Nacional de Acção de Ambiente e Saúde 2007-2013 (PNAAS) uma vez que este constitui um pilar fundamental da política nacional de “Ambiente e Saúde”.</p> <p>A análise do documento proposto não conduzirá a grandes dificuldades de enquadramento com os objectivos definidos no PDM em causa uma vez que os indicadores do FCD propostos, nomeadamente os respeitantes aos factores críticos, são compatíveis e vão de encontro com os objectivos primordiais contemplados no PNAAS.</p>

3. Objecto de avaliação – antecedentes, questões estratégicas

Constitui objecto de avaliação do presente relatório a proposta de Revisão do PDM de Valença. Em conformidade com o artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro os planos municipais de ordenamento do território estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental.

De acordo com o artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) visam estabelecer:

- a) A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- b) A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- c) A articulação das políticas sectoriais com incidência local;
- d) A base de uma gestão programada do território municipal;
- e) A definição da estrutura ecológica municipal;
- f) Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- g) Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infra -estruturas, equipamentos, serviços e funções;
- h) Os critérios de localização e distribuição das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- i) Os parâmetros de uso do solo;
- j) Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- k) Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

O plano director municipal estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal.

O plano director municipal é um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais de ordenamento do território e para o estabelecimento de programas de acção territorial, bem como para o desenvolvimento das intervenções sectoriais da administração do Estado no território do município, em concretização do princípio da coordenação das respectivas estratégias de ordenamento territorial.

Relativamente à proposta de revisão do PDM de Valença, aquando da elaboração do RFC, identificaram-se as seguintes **opções estratégicas**:

- **Opção 1 – Requalificação Urbana e Rede de equipamentos.**
- **Opção 2 – Reorganização da Estrutura Viária.**
- **Opção 3 – Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica.**
- **Opção 4 – Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho.**

O Quadro 3 estabelece a relação entre as opções estratégicas definidas pelo plano e os respectivos objectivos estratégicos, também designadas por Grandes Intenções do PDM.

Quadro 3 - Relação entre as Grandes Intenções do PDM de Valença e as Opções Estratégicas.

Opções Estratégicas	Grandes Intenções
Requalificação Urbana e Rede de equipamentos	Reforçar e qualificar a imagem e atractividade da centralidade de Valença (Plano de Urbanização da Área Central de Valença)
	Qualificar a imagem e a vivência urbana da vila de Valença (Qualificação da Avenida Miguel Dantas – EN13)
	Qualificar e estruturar as áreas urbanas envolventes ao centro (Expansão Urbana)
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a competitividade da Vila pela dotação de unidades de ensino superior e de investigação Reforçar as relações das unidades de ensino superior com o tecido produtivo local (Campus Universitário e Pólo do Instituto Politécnico) Dotar a Vila de uma rede de equipamentos que contribuam para a melhoria das condições de vida urbana da população
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar as condições de atractividade e competitividade locais (Zona Desportiva)
Reorganização da estrutura viária	Qualificação do espaço público
	Dotação de uma rede de infra-estruturas adequada
	Melhorar a acessibilidade e mobilidade regional aumentando a competitividade concelhia (Traçado do IC 1)
Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica	Reorganizar a estrutura viária concelhia melhorando a acessibilidade e mobilidade concelhias (Eixo Estruturante).
	Reforçar a acessibilidade e a mobilidade nos aglomerados garantindo a segurança na circulação viária e peatonal (Mobilidade e Acessibilidade).
	Aumentar a atractividade concelhia, reforçando relações intermunicipais, qualificando dinâmicas e vivências (Eco-Pista)
	Valorizar e qualificar o património natural (Parque da Senhora da Cabeça)
	Valorizar as suas potencialidades biofísicas de forma a constituir uma rede que assegure o equilíbrio ecológico do concelho (Estrutura Ecológica)
	Valorização do território biofísico de suporte e qualificação da paisagem e melhoria da qualidade do meio ambiente (Parque Ambiental)
Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar a memória da Vila e realçar a sua história Assumir a cultura como vector indispensável ao processo de desenvolvimento Promover o reconhecimento mundial do valor patrimonial em conjunto com Tuy (Centro Histórico)
	(Candidatura a Património Mundial)
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a competitividade económica do concelho Criar condições atractivas a um maior investimento empresarial nacional e transfronteiriço (Parque Empresarial)
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a competitividade económica do concelho Criar condições atractivas a um maior investimento empresarial nacional e transfronteiriço (Zona Industrial)
	Dinamizar a capacidade logística regional no intercâmbio Norte de Portugal – Galiza (Plataforma Logística de Valença)
	Construção de estações de mercadorias e de passageiros para o Comboio de Alta Velocidade

4. Análise e Avaliação Estratégica por Factor Crítico para a Decisão

Como parte integrante da metodologia da AAE, após a identificação dos objectivos do plano em elaboração, foi necessário identificar outros instrumentos de referência (estratégias, planos, políticas e programas) que pudessem apresentar constrangimentos ou sinergias relativamente aos objectivos do plano em elaboração.

Os instrumentos de referência identificados definem o Quadro de Referência Estratégico, para o plano em análise, e permitem identificar os objectivos de sustentabilidade que necessitem de ser considerados no desenvolvimento das opções do plano.

Os instrumentos identificados e analisados como precursores de orientações estratégicas para o PDM de Valença estão listados no quadro 4. A análise estratégica efectuada pode ser consultada no Anexo 2.

Quadro 4 - Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Valença.

Instrumento	Acrónimo
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	ENCNB
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural	PEN DRural
Plano Bacia Hidrográfica do Minho	PBH Minho
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho	PROF AM
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 ⁽¹⁾	PEAASAR II
Plano Nacional de Acção, Ambiente e Saúde ⁽¹⁾	PNAAS
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água ⁽¹⁾	PNUEA

(1) Instrumentos sugeridos nos comentários ao RFC adicionados no QRE.

Relativamente aos pareceres emitidos no âmbito da apreciação do RFC, de referir que o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) não foi considerado na presente análise uma vez que ainda está em fase de elaboração e não existe um documento final que possa ser consultado. No entanto, as questões relacionadas com o ordenamento do território encontram-se salvaguardadas com a consideração do PNPOT, na definição do QRE. Em relação à Directiva

Quadro da Água, este documento não foi incluído no QRE uma vez que foram definidos os objectivos estratégicos regionais para esse sector, com a consideração do PBHR Minho.

A análise dos FCD, dos seus critérios e indicadores permitiu avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções da revisão do PDM de Valença, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão.

Os factores ambientais considerados na presente análise foram orientados por uma exigência legal e enquadram-se no definido pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, na alínea e), n.º 1, artigo 6º, no que respeita à “*biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, factores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes factores*”. Estes factores definem o âmbito ambiental relevante e contribuem para a definição dos Factores Críticos de Decisão.

Os FCD identificados, para a proposta de revisão do PDM de Valença, foram a biodiversidade, o património cultural, os factores físicos e o ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade. Analisando o quadro 5 pode perceber-se a relação dos FCD com os factores de sustentabilidade e com os factores ambientais estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007.

Quadro 5 – Relação entre os factores ambientais, factores de sustentabilidade e factores crítico para a decisão (FCD).

Factores Ambientais estabelecidos DL n.º 232/2007	Factores Sustentabilidade	FCD
Biodiversidade	Biodiversidade	Biodiversidade
Fauna		
Flora		
Património Cultural	Património Cultural	Património Cultural
Atmosfera	Qualidade do Ambiente	Factores Físicos
Água	Qualidade do Ambiente/ Utilização de Recursos	
Solo		
Factores Climáticos	Alterações climáticas	
Paisagem	Paisagem	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
Bens Materiais	Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	
População	Desenvolvimento Humano	
Saúde Humana		

4.1. FCD: Biodiversidade

4.1.1. Descrição do FCD e seus objectivos

No âmbito deste Factor Crítico pretende-se avaliar as principais consequências da revisão do Plano Director Municipal sobre os valores florísticos, faunísticos e respectivos habitats presentes no município de Valença, determinando as oportunidades e riscos, que correspondem respectivamente aos impactes de natureza estratégica positivos e negativos, usando sempre que a informação disponível o permitiu, os critérios e indicadores apresentados no quadro 6.

Quadro 6 – Principais Indicadores do FCD – Biodiversidade.

FCD	Domínios	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores
Biodiversidade	Áreas Classificadas	<ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural, cultural, em áreas classificadas 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Nacional de Áreas Classificadas Áreas do Município integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas; Planos de gestão para Áreas Classificadas; Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados.
		<ul style="list-style-type: none"> Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de gestão para Áreas Classificadas.
		<ul style="list-style-type: none"> Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e sobre espécies protegidas 	
	Diversidade de espécies	<ul style="list-style-type: none"> Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis 	<ul style="list-style-type: none"> Espécies ameaçadas e protegidas; Habitats protegidos.
		<ul style="list-style-type: none"> Reabilitação de habitats e de espécies para níveis viáveis 	
	Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Proteger a diversidade biológica e da paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de gestão e acções de conservação de espécies e habitats.
		<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a gestão sustentável de locais chave para a conservação de determinadas espécies, bem como dos processos ecológicos associados 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de gestão e acções de conservação de espécies e habitats.
		<ul style="list-style-type: none"> Controlar a proliferação de espécies não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de distribuição das espécies não indígenas invasoras com risco conhecido; Área abrangida por acções de controlo de espécies não indígenas com comportamento invasor.
	Gestão e Valorização da Conservação da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta 	<ul style="list-style-type: none"> Zonas de Intervenção Florestal.
		<ul style="list-style-type: none"> Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais florestadas 	<ul style="list-style-type: none"> Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais.

4.1.2. Situação existente e análise de tendências.

A análise SWOT, apresentada no Quadro 7, pretende efectuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao factor crítico Biodiversidade, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

Quadro 7 – Análise SWOT no âmbito do factor crítico Biodiversidade

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Município com elevado valor ecológico e conservacionista, sobretudo associado ao vale do Rio Minho, Estuários do Rio Minho e Coura com especial referência à área da Veiga da Mira. - Presença de uma Zona de Protecção Especial para as Aves PTZPE0001 – Estuários dos Rios Minho e Coura; - Presença de um Sítio de Importância Comunitária PTCON0019 – Rio Minho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de Planos de Gestão que promovam a salvaguarda e valorização dos valores ecológicos presentes; - Pressão urbanística sobre as localizações dos valores ecológicos presentes.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar os agentes da área do planeamento para a compatibilização de interesses ecológicos e socio-económicos; - Melhorar e promover uma gestão adequada dos valores ecológicos classificados no âmbito da ZPE Estuários dos Rios Minho e Coura e do SIC Rio Minho; - Definir planos e linhas de acção com vista à conservação dos principais valores ecológicos inseridos na área de ZPE e SIC correspondente ao município de Valença. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possível conflito de interesses no interior da ZPE e SIC; - Possível falta de recursos humanos e financeiros com a correcta gestão da biodiversidade existente nas áreas classificadas do município.

ÁREAS CLASSIFICADAS

SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

O concelho de Valença não integra qualquer área natural da Rede Nacional de Áreas Protegidas, contudo a riqueza ao nível dos valores da biodiversidade existentes no município de Valença está patente através da classificação de duas áreas inseridas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros nº 115-A/2008, de 21 de Julho:

- Zona de Protecção Especial para as Aves PTZPE0001 – Estuários dos Rios Minho e Coura, Decreto-lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro

- ↳ Sítio Importância Comunitária PTCO0019 – Rio Minho, (integrou a Lista Nacional de Sítios-1ª fase aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de Agosto), Classificado como SIC pela Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004.

A Zona de Protecção Especial para as Aves PTZPE0001 – Estuários dos Rios Minho e Coura estende-se desde a foz do rio Minho até Valença, reunindo um conjunto de habitats húmidos de elevada importância ecológica, tais como águas estuarinas, bancos de vasa e de areia, sapais, matas ripícolas, caniçais e juncais. Suporta uma avifauna muito diversificada, com destaque para aves aquáticas invernantes, bem como para o tartaranhão-ruivo-dos-pauis (*Circus aeruginosus*), o garçote (*Ixobrychus minutus*), a garça-vermelha (*Ardea purpurea*) e a negrinha (*Aythya fuligula*).

A delimitação territorial do Sítio de Importância Comunitária PTCO0019 - Rio Minho acompanha o Rio Minho desde o extremo nascente do seu curso ao longo do município de Melgaço até à sua foz. O rio Minho é um dos rios menos intervencionados por grandes infra-estruturas hidráulicas de Portugal, destacando-se ao nível dos valores naturais que detém a existência de interessantes populações de peixes migradores e o desenvolvimento de algumas matas ripícolas de elevado interesse ecológico.

Ainda no âmbito do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) (D.L. n.º 142/2008, de 24 de Julho), o município é abrangido ainda parcialmente pela *Important Bird Area* – IBA PT001 – Estuários do Minho e Coura, que compreende limites em todo semelhantes à ZPE PTZPE0001 (Costa *et al.* 2003).

SUPERFÍCIE DO MUNICÍPIO INTEGRADO NO SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

O Quadro 8 apresenta informação relativa à área do concelho abrangida pela Zona de Protecção Especial para a Aves (ZPE) PTCO0019 – Estuários dos Rios Minho e Coura e pelo Sítio de Importância Comunitária (SIC) PTCO0019 – Rio Minho, mas também a percentagem da área do concelho que se encontra classificada e a percentagem da ZPE e SIC que se localizam no interior do município.

Quadro 8 – Informação relativa à ZPE Estuários dos Rios Minho e Coura e o SIC Rio Minho para o concelho de Valença

	Área (ha)	% do Concelho Classificado	% de ZPE/SIC no Concelho
ZPE Estuários dos Rios Minho e Coura	715,899	6	21
SIC Rio Minho	1150	10	25



Figura 1 - Localização da ZPE Estuários dos Rios Minho e Coura

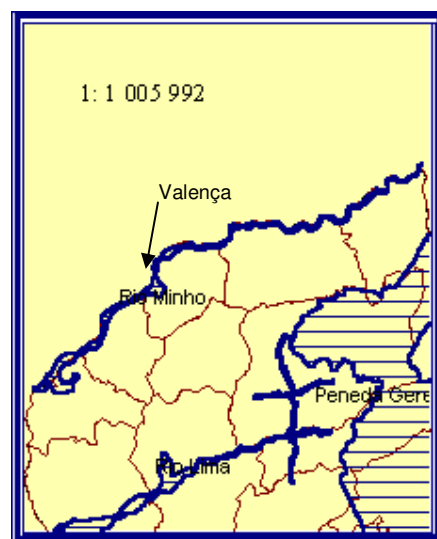


Figura 2 - Localização do SIC Rio Minho

Os dados relativos à ocorrência de áreas classificadas no interior do município de Valença, evidenciam que, para o concelho, as áreas abrangidas por este tipo de figura legal apresentam uma reduzida expressão territorial no contexto da área do concelho, 6% no caso da ZPE e 10% no caso do SIC, no entanto, a área dessas mesmas figuras legais presentes no município já apresenta algum significado, 21% da ZPE e 25% do SIC encontram-se no município de Valença

A ZPE Estuários do Rio Minho e Coura desenvolve-se a nor-noroeste do município de Valença, enquanto que a área do SIC Rio Minho integrada no concelho de Valença se desenvolve continuamente ao longo do extremo norte do município acompanhando o percurso do rio Minho (Figura 1 e Figura 2).

PLANO DE GESTÃO PARA AS ÁREAS CLASSIFICADAS

De acordo com a informação disponível, não se encontra aprovado qualquer plano de gestão para a ZPE Estuários dos Rios Minho e Coura ou para o SIC Rio Minho, estando, no entanto, em fase de apreciação pela entidade competente uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte, na medida “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”, por iniciativa conjunta dos municípios que integram a área do SIC Rio Minho, que permitirá a elaboração e implementação de um plano de gestão conjunto para esta área classificada, tendo como principal objectivo a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável do património natural existente.

O município de Valença apresentou recentemente também uma candidatura ao Programa - “Gestão de Espaços Protegidos e Classificados” do Programa Operacional Regional do Norte propondo um

projecto que visa a Criação da Área Protegida da Veiga da Mira (correspondente a espaços classificados no âmbito da Rede Natura, nomeadamente uma área bastante expressiva relativamente à área da ZPE dos Estuários dos Rio Minho e Coura e parte do Sítio Rio Minho Sítio PTCON0019, classificada também como Biótopo CORINE Vale do Minho (Sítio C00000128), abrangendo as freguesias de Cristelo Côvo, Arão, S. Pedro da Torre e Cerdal). A designação da área protegida de interesse municipal prevê acções de recuperação de habitats e combate a espécies infestantes, permitindo preservar e valorizar o património natural, riqueza de biodiversidade e a variedade de habitats da Veiga da Mira, culminando com a elaboração do Plano de gestão e ordenamento da área.

TRILHOS DE INTERPRETAÇÃO DEVIDAMENTE EQUIPADOS E SINALIZADOS

A existência de trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados constitui um aspecto importante no sentido em que evidencia o reconhecimento pelo município do valor ecológico e paisagístico das áreas onde se desenvolvem.

Assim, dispersos por toda a área do município, encontram-se marcados e sinalizados sete trilhos, de acordo com as Normas da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo.

Ao longo da margem esquerda do Rio Minho encontra-se actualmente marcado um trilho em exploração, estando um outro em construção, que será alvo de diversos equipamentos de auxílio da visita. As áreas junto ao Rio Minho abrangidas por estes trilhos são Arão e S. Pedro da Torre, inserindo-se no interior do SIC e ZPE.

DIVERSIDADE DE ESPÉCIES

DIVERSIDADE DE ESPÉCIES AMEAÇADAS E PROTEGIDAS

De acordo com alguns estudos (CIBIO 2007), o Vale do Rio Minho apresenta a ocorrência de uma espécie de flora integrada no Anexo B-II do D.L. 49/2005, de 24 de Fevereiro, a *Festuca duriotagana*, considerada uma espécie florística de interesse comunitário, cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação. Apresenta em Portugal o estatuto de Conservação Vulnerável, de acordo com Lopes & Carvalho 1990. Esta espécie pode ser detectada, dum modo localizado, ao longo da frente ribeirinha do rio Minho inserida no município de Valença.

Citando a informação que consta no Dossier da Rede Natura 2000 que acompanha o plano, ocorrem no município de Valença seis (6) espécies de aves, seis (8) espécies de fauna (excluindo a avifauna) e uma (1) espécie de flora, protegidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com as alterações e nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, sendo uma (1) delas considerada espécie de protecção prioritária, o Lobo (*Canis lupus*).

Importa destacar a presença provável de uma alcateia de lobos (*Canis lupus*) na área de confluência entre os municípios de Valença, Monção e Paredes de Coura, a alcateia da Boulhosa (Pimenta *et al.* 2005 – Censo Nacional do Lobo 2002/2003). Este dado revela que as áreas de interesse conservacionista neste município não se restringem apenas às áreas ribeirinhas integradas na ZPE e SIC. Salienta-se que o Lobo é uma espécie protegida, com carácter prioritário de conservação de acordo com o Anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com as alterações e nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, estando já anteriormente consagrada a sua protecção e conservação em Portugal através da Lei n.º 90/88, de 13 de Agosto e do Decreto-Lei. n.º 139/90, de 27 de Abril, que a regulamenta.

Destaca-se ainda a ocorrência de lontra (*Lutra lutra*) nos habitats ribeirinhos.

Importa referir que a garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o garçote (*Ixobrychus minutus*) e o tartaranhão-ruivo-dos-pauis (*Circus aeruginosus*) apesar de terem contribuído para a classificação da ZPE Estuários dos Rios Minho e Coura, não apresentam na actualidade registos de ocorrência no município de Valença. De acordo com o relatório do CIBIO (2007), integrado no Dossier da Rede Natura 2000 que acompanha o plano, é reconhecido que estas espécies de avifauna se encontram em risco de extinção no vale do Rio Minho. As espécies referidas constam no Anexo A-I do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, sendo consideradas espécies de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas de protecção especial. Também a nível nacional é reconhecido no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal que a garça-vermelha se encontra Em Perigo de Extinção enquanto que para o garçote e para o tartaranhão-ruivo-dos-pauis se reconhece o estatuto de Vulnerável.

Reconhecendo-se para o concelho de Valença uma riqueza e diversidade específica considerável na área, os últimos dados apresentados relativamente aos valores ecológicos presentes denotam sinais de alguma fragilidade no estado de conservação de alguns valores naturais.

HABITATS PROTEGIDOS

Os diferentes habitats protegidos (incluindo os habitats prioritários) que ocorrem no SIC Rio Minho, mas também na ZPE, foram agregados em mosaicos de habitats, que por sua vez, foram agregados em Unidades de Conservação (de acordo as suas características e orientações de gestão definidas no PSRN2000), com o objectivo de agilizar e facilitar os processos de interpretação e alcançar uma gestão mais eficaz e integrada das áreas naturais no âmbito do PDM.

A cartografia de habitats para o município de Valença apresentada no Dossier da RN2000 (CIBIO 2007) identifica mosaicos de habitats que agregam as diferentes tipologias de habitats apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Agregação dos mosaicos de habitats em Unidades de Conservação no SIC Rio Minho

Unidade de Conservação	Mosaico de Habitats	Códigos dos Habitats Naturais	Descrição
Rios	Rios colinos	3130pt2 + 3260 + 91E0pt1*	Rios com média dimensão com águas oligotrópicas e galeria ripícola
	Grandes rios	3150 + 3270 + 91E0pt1*	Margens de rios de grande caudal
	Margens rochosas	6160pt4	Vegetação de margens rochosas em leitos de cheia de grandes rios
Matos e vegetação pioneira	Matos colinos xisto	4030pt3 + 8230pt1	Matos e vegetação pioneira sobre xistos do piso colino
	Matos colinos granito	4030pt2 + 8230pt1	Matos e vegetação pioneira sobre granitos do piso colino
Florestas e matagais naturais	Mosaico serial colino	9230pt1	Mosaicos seriais colinos com regeneração de carvalhal
	Bosques lourçal	5230pt1 + 8220pt3 + 9230pt1	Carvalhais com orla de lourçal
	Bosques palustres	6410pt1 + 91E0 *	Bosques paludícolas
	Bosques palustres lagoas	3130pt2 + 3150 + 6410pt1 + 91E0 *	Bosques paludícolas com lagoas
	Bosques de carvalho	8220pt3 + 9230pt1	Carvalhais
	Bosques mistos	5230pt1* + 8220pt3 + 9160pt1 + 9230pt1	Carvalhais mistos em fundo de encosta

Fonte: Dossier Rede Natura 2000 (CIBIO 2007) que acompanha o plano

De acordo com o quadro acima, o município de Valença compreende nas suas duas áreas integradas na Rede Natura 2000, o SIC e a ZPE, treze (13) habitats constantes no Anexo B-I do D.L. 49/2005, de 24 de Fevereiro, dos quais dois (2) são prioritários:

➤ Matagais arborescentes de *Laurus nobilis* (5230*)

- Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* (92E0*)
- Amiais ripícolas (91E0pt1)

A existência de informação cartográfica relativa aos valores naturais, trabalhada e validada no terreno por uma equipa de especialistas de reconhecido mérito (relatório do CIBIO, 2007), permitiu à equipa que elaborou a revisão do PDM introduzir a informação referente ao PSRN2000, contribuindo para que as manchas de mosaicos de habitats/Unidades de Conservação fossem representadas na proposta de Planta de Ordenamento.

Contudo, a abordagem levada a cabo pelo CIBIO constante no Dossier da Rede Natura 2000 que acompanha o plano, dificulta a identificação isolada dos habitats presentes em cada município, uma vez que são apresentados sob a forma de mosaico de habitats.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

PLANOS DE GESTÃO E ACÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES E HABITATS

O município tem levado a cabo algumas actividades de sensibilização e apresenta um conjunto de trilhos devidamente sinalizados, mas ao nível da implementação de acções de conservação e gestão de espécies e habitats, as iniciativas são inexistentes ou incipientes.

ZONAS DE ELEVADO VALOR PAISAGÍSTICO

Não existem zonas de reconhecido valor paisagístico, embora o facto de existirem trilhos devidamente sinalizados (7) no município, desde a zona ribeirinha ao interior florestal, traduzem um reconhecimento do valor paisagístico das áreas atravessadas, de entre as quais se destacam os trilhos entre Arão e S. Pedro da Torre, que se inserem no interior da ZPE e SIC.

A existência de uma Ecopista a norte de Valença até paralela e próxima da área ribeirinha reforça o valor paisagístico.

ÁREAS DE DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES NÃO INDÍGENAS INVASORAS COM RISCO CONHECIDO

Não se encontram cartografadas as principais áreas de distribuição das espécies exóticas invasoras que ocorrem no município, apesar da sua importância, no sentido de acompanhar a evolução das mesmas, com vista à avaliação da necessidade de tomar medidas de controlo.

ACÇÕES DE CONTROLO DE ESPÉCIES NÃO INDÍGENAS INVASORAS COM COMPORTAMNETO INVASOR

Não existe informação disponível relativamente à execução no passado ou no presente de acções de controlo de espécies não indígenas invasoras com risco conhecido, o que traduz também, à partida, uma situação pouco preocupante a este nível no município.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Estão em fase de aprovação duas Zonas de intervenção Florestal para o município, uma que abrange a área do vale do Rio Minho e outra, interior, na envolvente a Sanfins.

PARQUES E PERCURSOS DEVIDAMENTE EQUIPADOS E SINALIZADOS, EM ÁREAS FLORESTAIS

Existem percursos devidamente sinalizados (Normas da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo) que atravessam áreas florestais, quer na zona ribeirinha, quer na área florestal interior do município. Dos sete percursos existentes pode-se dizer que todos eles atravessam zonas florestais.

4.1.3. Efeitos esperados, oportunidades e riscos

Tendo em consideração o Quadro de Referência Estratégica, designadamente os instrumentos que têm implicações directas na Biodiversidade, como o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, identificam-se as seguintes oportunidades e riscos da presente revisão do Plano Director Municipal de Valença.

ÁREAS CLASSIFICADAS

SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

A previsão de execução das expectativas da proposta de revisão do Plano Director Municipal de Valença não antecipa importantes impactes sobre os valores naturais de distribuição conhecida para o concelho.

Para as áreas classificadas da ZPE e SIC Importa referir que com a presente proposta de revisão existe a oportunidade, prevista e imposta pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho), de transpor para o normativo específico do PDM orientações de gestão para áreas de ocorrência de habitats e de distribuição de valores naturais com significativa relevância para a conservação da natureza e da biodiversidade, pretendendo-se desta forma salvaguardar a preservação destes mesmos valores naturais.

Considera-se que a proposta de revisão do PDM, integra de um modo adequado as orientações de gestão definidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 na proposta de Regulamento do plano, contemplando directrizes para a promoção de iniciativas com vista à conservação dos valores ecológicos presentes no SIC. A imposição de restrições de uso, ou ainda a necessidade de condicionar a parecer favorável de entidades competentes (ICNB, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e Câmara Municipal de Valença) determinadas tipologias de intervenções que recaiam em qualquer das Unidades de Conservação de Espaço Natural ou em toda a extensão do SIC Rio Minho (excepto em perímetros urbanos), vão indo de encontro ao regime da Rede Natura 2000, e portanto às orientações de gestão apresentadas no PSRN2000, e em particular ao previsto no Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril com redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

Alguns municípios que enfrentavam este desafio no Vale do Minho, usaram-no como uma oportunidade para desencadear estudos de suporte a um conhecimento efectivo e actualizado do património natural presente nas áreas classificadas, de forma a integraram esse conhecimento em projectos que visem para além da conservação também a sua utilização sustentável, contribuindo como uma mais valia e aspecto diferenciador para a promoção do território.

A importância conferida à necessidade de se realizarem Estudos de Impacte Ambiental ou de se proceder à Avaliação de Incidências Ambientais, permitirão avaliar as condições de execução dos diferentes projectos, e a imposição de medidas de minimização, contribuindo para a salvaguarda dos valores ecológicos que levaram à classificação das áreas classificadas.

SUPERFÍCIE DO MUNICÍPIO INTEGRADO NO SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS

Como a recente proposta de projecto para a criação da Área Protegida da Veiga da Mira corresponde a uma área território já classificada ao abrigo da Rede Natura 2000, e de outros compromissos internacionais, a sua possível designação como Área Protegida não implicará um acréscimo superfície do município integrado no SNAC.

No entanto a criação de uma área protegida de interesse municipal representa um acréscimo de responsabilidade do município na gestão dos valores naturais que detém.

TRILHOS DE INTERPRETAÇÃO DEVIDAMENTE EQUIPADOS E SINALIZADOS

Ao nível dos trilhos, há claramente, oportunidades significativas durante a implementação da proposta de revisão do PDM para criar novos trilhos com sinalização devida, bem como com equipamentos de apoio ao turista/visitante.

Esta oportunidade nasce da procura cada vez maior deste tipo de ocupação do tempo livre, sobretudo num município com grande potencial para a fruição dos valores ecológicos e paisagísticos presentes, promovendo, assim, a valorização e sensibilização sobre a protecção destes valores.

PLANO DE GESTÃO PARA AS ÁREAS CLASSIFICADAS

Com a implementação e acompanhamento da futura versão do PDM de Valença surge uma clara oportunidade de desenvolver planos de gestão nas áreas classificadas como SIC e ZPE do concelho com vista à conservação das diferentes espécies e habitats que levaram à criação destas mesmas áreas.

DIVERSIDADE DE ESPÉCIES

DIVERSIDADE DE ESPÉCIES AMEAÇADAS E PROTEGIDAS

A presente proposta do PDM compatibiliza de forma bastante razoável os diferentes interesses sociais com a conservação da natureza e biodiversidade, condicionando e exigindo pareceres e estudos sempre que se pretende desenvolver projectos em áreas de Espaço Natural (SIC e ZPE), bem como em áreas de RAN, REN e de Regime Florestal Parcial. Estas últimas compreendem vastas áreas do município não integradas em Espaço Natural, mas onde ocorrem com certeza várias espécies de interesse conservacionista, como é o caso do lobo-ibérico (*Canis lupus*), espécie prioritária para a conservação e que apresenta uma alcateia provável na confluência dos municípios de Valença, Monção e Paredes de Coura.

A conservação de espécies como o lobo, que apresentam a nível nacional um estatuto de conservação definido como Em Perigo de extinção, dependerá da sustentabilidade possíveis intervenções no território, dentro das áreas de ocorrência potencial para a espécie.

Salienta-se ainda que o retorno aos territórios do concelho de Valença de espécies como a garça-vermelha (*Ardea purpurea*) ou o tartaranhão-ruivo-dos-pauis (*Circus aeruginosus*), dependerá da capacidade de recuperação dos seus habitats preferências bem como da diminuição de incidência de acções de perturbação nas áreas de ocorrência provável. Estes aspectos poderão ser

alcançados através da implementação de planos de acção específicos, sendo que a nível nacional para a garça-vermelha existe o Plano de Acção para a Conservação da Garça-Vermelha em Portugal que define as acções prioritárias para a conservação da espécie.

As espécies de aves com interesse conservacionista, como as referidas anteriormente, dependem fundamentalmente do mosaico de habitats existente, o qual se considera devidamente representado na Planta de Ordenamento através das Unidades de Conservação (Rios, Matos e vegetação pioneira e Florestas e matagais naturais), podendo a sua conservação ser reforçada com a possível implementação de um plano de gestão para ao SIC.

Além das espécies já referidas, outras igualmente importantes do ponto de vista conservacionista associadas ao meio aquático, tais como o Sável (*Alosa alosa*), a Lampreia-marinha (*Petromyzon marinus*), o Salmão-do-atlântico (*Salmo salar*), a Lontra (*Lutra lutra*) e a Toupeira-d'água (*Galemys pyrenaicus*), apresentam como habitats de ocorrência primordial os representados como Unidade de Conservação Rios na classe de Espaço Natural. Considera-se a protecção e conservação destas espécies devidamente contemplada na revisão do PDM.

De um modo geral, as oportunidades consistem precisamente em promover, ao longo do período em que vigora o plano, a melhoria das condições do habitat das espécies mais sensíveis que ocorrem no concelho, no sentido de consolidar a sua presença e reprodução nas áreas naturais do município, através da implementação de planos de gestão para as diferentes áreas classificadas, que se concretizem também em planos de acção para espécies sensíveis e prioritárias. Tal terá um interessante efeito positivo indirecto ao nível do turismo de natureza.

HABITATS PROTEGIDOS

Ao nível dos efeitos esperados com a presente proposta de plano sobre os habitats protegidos que ocorrem no SIC, considera-se que a representação dos mesmos na Planta de Ordenamento como Espaço Natural, conjugado com o normativo específico patente no regulamento do plano, salvaguarda consideravelmente a respectiva protecção e preservação.

Importa também efectuar uma análise de oportunidades e riscos sobre as principais intervenções estratégicas previstas na presente revisão do PDM de Valença, no sentido de identificar potenciais conflitos com os habitats presentes na área do SIC.

O *Parque da Srª da Cabeça* previsto para a zona ribeirinha a poente de Valença, compreende em quase toda a sua extensão área de SIC, interferindo muito localmente com as Unidades de Conservação designadas por Rios e Matos e vegetação pioneira, esta última na zona dos Medos. A restante área deste parque poderá ser conciliável com dotação de infra-estruturas com vista à promoção do lazer, desde que minimizem os impactes e as alterações no coberto vegetal existente e promovam a valorização deste espaço natural para o usufruto e interpretação da biodiversidade existente.

A *Ecopista*, parcialmente construída, interfere claramente com o SIC (e da ZPE), contudo, dado o seu carácter lúdico-desportivo para a população, esta infra-estrutura linear que fomenta meios de transporte ecológicos constitui uma oportunidade do município valorizar o seu património natural ao longo do SIC, desde que correctamente planeada e promovendo a sensibilização ambiental. Esta iniciativa representa também uma oportunidade de o município recuperar a linha férrea desactivada entre a Valença e Monção.

A localização actualmente prevista para a *Plataforma Logística* de Valença, na versão de ocupação faseada, resulta de um processo de análise relativamente à necessidade de salvaguardar os interesses de conservação de uma área de reconhecido valor natural que integra a ZPE, evitando desta for eventuais conflitos com o regime da Rede Natura 2000 em que a sua anterior localização incorria.

A previsibilidade da necessidade de submeter estas iniciativas a avaliação ambiental permite inferir que serão no futuro asseguradas as questões relativas à sustentabilidade ambiental.

Ao nível das Áreas de Desenvolvimento Urbano Prioritárias (ADUP) importa destacar a *ADUP de Perum*, inserida no SIC Rio Minho (e na ZPE), em áreas identificadas com Unidades de Conservação Matos e vegetação pioneira. Apesar de marginal, esta afectação/conflito com os valores naturais presentes poderá ser significativa se não forem consideradas medidas de minimização adequadas que visem a manutenção dos habitats presentes.

O *Plano de Urbanização de S. Pedro da Torre* compreende a norte e a nascente desta povoação áreas integradas no SIC (e na ZPE), no entanto, não se perspectiva a afectação de Unidades de Conservação (ou Espaço Natural), o que reflecte um conflito moderado a baixo com os valores presentes na Rede Natura 2000.

A *ADUP da Gandra* localiza-se em área próxima (e contígua) à ZPE, entre Vilar de Lamas e a Quinta de Agulhão, não se prevendo que origine conflito de ordem significativa com os valores presentes na ZPE.

Saliente-se também o *Parque Industrial*, ou também designado *UOPG Expansão da Zona Industrial de S. Pedro da Torre*, entre esta última povoação e Cerdal. A localização desta zona industrial, inserida na Plataforma Logística de Valença, situa-se cerca de 500 m – 2 km a nascente do SIC (e da ZPE), podendo prever-se com a sua implementação uma considerável perturbação devido ao tráfego e às actividades a desenvolver (indústria, armazenagem, serviços e logística).

A expansão do já existente *Parque Empresarial da Gandra*, localizado fora do SIC e da ZPE, apesar de próximo, cerca de 1 km, não prevê conflitos com os valores presentes na Rede Natura 2000.

O desenvolvimento e melhoramento da rede viária municipal passam pela implementação dos projectos do *IC1* e do *comboio de alta velocidade* (ligação Porto - Vigo). O primeiro não prevê interferência com as áreas integradas na RN2000, ao passo que o segundo intersectará, ainda que muito provavelmente em viaduto, o SIC Rio Minho entre Ribeiras e Bocelhas, rumo a Vigo. Todavia,

é conveniente a garantia de níveis de permeabilidade à fauna aceitáveis, dado estas infra-estruturas constituírem novos efeitos de barreira no território.

Salientar ainda o *Parque Ambiental* previsto para Monte das Chãs, a sul de S. Pedro da Torre, que apesar de se localizar fora das áreas integradas na Rede Natura 2000 constitui uma oportunidade contemplada nesta proposta de revisão do PDM com vista à sensibilização ambiental (recursos biológicos e energéticos) e promoção do património natural do município.

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

PLANOS DE GESTÃO E ACÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES E HABITATS

No sentido de promover e proteger a biodiversidade e a paisagem, assegurar a gestão sustentável de locais chave para as principais espécies e habitats, e respectivos serviços ecológicos é importante a consideração de Planos de Gestão para as principais áreas naturais do município e de Planos de Acção para as espécies mais ameaçadas.

Existe a clara oportunidade, com a implementação do plano, de desenvolver planos de gestão e acções de conservação com vista à melhoria das condições ecológicas que permitem suportar as espécies e habitats que levaram à classificação do SIC e da ZPE, bem como ao acompanhamento da ocorrência de lobo no município.

ZONAS DE ELEVADO VALOR PAISAGÍSTICO

Não se prevê a candidatura de áreas à figura de Área de Paisagem Protegida, no entanto, a acção integrada de combinar os valores paisagísticos e ecológicos cria oportunidades de promoção turística que começam a surgir.

O risco da deterioração de zonas de elevada qualidade paisagística poderá estar atenuado, na medida em que estas áreas encontram-se vulgarmente associadas às áreas de interesse conservacionista, que são sujeitas a parecer e/ou estudos para o licenciamento dos projectos, o que poderá indirectamente reflectir-se na possível atenuação dos efeitos sobre a paisagem.

ÁREAS DE DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES NÃO INDÍGENAS INVASORAS COM RISCO CONHECIDO

Neste ponto há que destacar a oportunidade de iniciar os trabalhos de levantamento cartográfico dos focos de ocorrência deste tipo de formações vegetais indesejáveis, para que posteriormente se

acompanhe o evoluir da situação e se tomem decisões em conformidade com a possível gravidade das situações.

O principal risco prende-se com as futuras intervenções previstas para o território, que poderão trazer diásporos (movimentações de terras) de outras paragens contaminadas com sementes de espécies exóticas infestantes e originar novos focos.

ACÇÕES DE CONTROLO DE ESPÉCIES NÃO INDÍGENAS INVASORAS COM RISCO CONHECIDO

Em situações que justifique deverão ser equacionadas intervenções e acções e controlo da vegetação não indígena infestantes, de preferência numa fase mais inicial possível, quando ainda há fortes hipóteses de controlar e erradicar localmente a espécie. Em fases posteriores é extremamente difícil e oneroso o controlo e erradicação.

GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA

ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

A execução deste plano deverá ser um factor promotor da criação de novas Zonas de Intervenção Florestal, uma vez que estas permitem um ordenamento florestal mais eficiente e sustentável.

PARQUES E PERCURSOS DEVIDAMENTE EQUIPADOS E SINALIZADOS, EM ÁREAS FLORESTAIS

A promoção e tentativa de melhoria da qualidade das áreas de Espaço Natural e de Espaço Florestal de Protecção e Conservação será, de todo, indicado o desenvolvimento de novos trilhos e percursos devidamente sinalizados (Normas da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo) e equipados de modo a promoverem o turismo de qualidade ligado à fruição da natureza.

É também importante melhorar as condições dos trilhos/percursos já existentes, sobretudo no que toca a equipamentos de apoio ao visitante, tais como leitores de paisagem, parques de merendas, passadiços, caixotes do lixo, iluminação, entre outros.

4.1.4. Directrizes para seguimento

Relativamente às principais directrizes que possam contribuir para uma observação e acompanhamento dos efeitos do Plano sobre a biodiversidade, consideram-se em dois universos distintos, mas complementares. Por um lado, ter em consideração que alguns indicadores essenciais à determinação da sustentabilidade do desenvolvimento do concelho necessitam de ser suportados por um programa de monitorização devidamente calendarizado no tempo e desenvolvido

em parceria com os organismos que têm uma intervenção específica no domínio da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, designadamente ICNB. Por outro lado considera-se nuclear monitorizar os efeitos do Plano no território que envolve as áreas classificadas do concelho integrando de forma objectiva as determinações já disponíveis do Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Mais uma vez considera-se oportuno estabilizar com o organismo com competências em matéria de conservação da natureza e biodiversidade, o referencial de suporte a esta iniciativa.

As sugestões apresentadas não dispensam uma avaliação mais detalhada nos eventuais processos de Avaliação de Impacte Ambiental que venham a estar associados a projectos que serão naturalmente acolhidos pelo presente PDM.

Não obstante, e seguindo as recomendações avançadas no parecer do ICNB emitido na fase anterior, considera-se pertinente a inclusão dos seguintes indicadores para a fase de acompanhamento do plano em análise, além dos já definidos neste relatório:

- Expressividade do solo rural (ha) transformado em solo urbano/urbanizável/industrial;
- Áreas de floresta de protecção afectadas pela expansão de áreas urbanas, industriais, de equipamento e infra-estruturas;
- Descontinuidades/continuidades introduzidas na rede hidrográfica, por infra-estruturas, por áreas urbanas/urbanizáveis e por perímetros industriais.

Integrados no Plano de controlo (Quadro 39), encontram-se as medidas de gestão ambiental e acções a realizar associadas aos diversos indicadores evidenciados neste relatório, sendo que as medidas de gestão e acções indicadas deverão ser tidas em consideração pelo município de forma a garantir a sustentabilidade pretendida

4.2. FCD: Património Cultural

4.2.1. Descrição do FCD e seus objectivos

O **património cultural**, que inclui o património arqueológico e arquitectónico, é um elemento primordial na identidade de uma região.

O concelho de Valença é fortemente marcado pela sua Praça-forte, um Monumento Nacional representativo da arquitectura militar medieval, talvez a mais importante no género e na época no país. Assim, por razões patrimoniais, Valença apresenta uma atractividade turística notável, tendo apresentado uma candidatura conjunta Valença / Tui a Património com Interesse Cultural da Humanidade, junto da UNESCO.

De salientar que, em termos religiosos esta região é local de passagem dos Caminhos de Santiago, e em termos culturais, é palco de inúmeros certames como a EXPOMINHO, Expo Valença, Festas Valencianas, entre outros.

O principal objectivo de sustentabilidade do FCD Património cultural prende-se com a necessidade de preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes de Valença (Quadro 10). No entanto face à significativa presença da Praça-Forte e a sua associação à candidatura a Património Mundial (UNESCO) foi dado particular relevo a este elemento.

Quadro 10 - Principais Indicadores do FCD – Património Cultural

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores
Património Cultural	Identidade histórica e cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes; • Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos; • Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios, nas proximidades de centros históricos; • Valorizar a diversidade e a identidade local; • Promover o turismo cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção); • Reabilitação de edifícios urbanos degradados; • Edifícios degradados ocupados e fora de uso; • Residentes que registam melhorias em actividades ao ar livre; • População que reside nas proximidades de espaços verdes (parques); • Residentes que registam aumento de iniciativas culturais; • Participantes, não residentes, em iniciativas e actividades culturais.

4.2.2. Situação existente e análise de tendências

O Quadro 11 representa a base de diagnóstico geral do estado do descritor ambiental seleccionado e a potencial evolução da situação actual sem a implementação dos resultados decorrentes da Revisão do PDM.

Quadro 11 - Análise SWOT no âmbito do Património Cultural.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Concelho com Vila Histórica (Valença) considerada como ex-libris regional e nacional. - Núcleo urbano muralhado com elevado valor cultural e patrimonial. - Vila Histórica mais bem conservada do país. 	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento de Intervenções de requalificação pouco sustentáveis relativamente à dignificação do património histórico. - Elevado estado de desertificação da zona muralhada.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Uso do regulamento do PDM para estabelecer medidas de preservação e conservação do Património. - Potencial decorrente da candidatura efectuada a Património Mundial (UNESCO). - Desenvolvimento de uma estratégia de recaptação comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manifestações arquitectónicas de carácter contemporâneo. - Baixa actividade intrínseca à zona muralhada em horários não comerciais. - Intensa actividade comercial e de restauração em padrões temporais fixos. - Continuidade a um imaginário que identifica a Vila de Valença como um local de Venda de atalhados, de baixa diversidade histórica e cultural.

De acordo com a informação disponível no Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), os Monumentos e Imóveis existentes no concelho de Valença estão descritos no Quadro 12.

Quadro 12 - Património Arquitectónico existente no concelho de Valença (IPPAR, 2006)

Património Arquitectónico	Monumentos e Imóveis
Monumento Nacional	Igreja de São Fins de Friestas Fortificações da Praça de Valença do Minho
Imóvel de Interesse Público	Pelourinho de Valença Pelourinho de Telheira Convento de Ganfei Igreja do Salvador de Ganfei Ponte Velha Portal da Quinta do Crasto ou Ponte do Manco Gravuras abertas numa laje
Imóvel em Vias de Classificação	Conjunto da Igreja e Convento de Nossa Senhora de Mosteiró Pousada de São Teotónio Gravuras Rupestres da Tapada de Ozão e do Monte da Lage

De salientar que os monumentos e imóveis identificados anteriormente estão previstos na Planta de Condicionantes da proposta de revisão do PDM de Valença.

Tendo em consideração a informação disponível no Instituto Português de Arqueologia (IPA), o património arqueológico existente no concelho de Valença, encontra-se identificado no Quadro 13.

Quadro 13 – Património Arqueológico existente no concelho de Valença (IPA, 2008)

Designação	Tipo de sítio
Monte do Chã	Estação de Ar Livre
Bouça da Tapada	Arte Rupestre
Bogim	Estação de Ar Livre
Gondomil	Necrópole
Valença	Estação de Ar Livre
Ganfei	Achado(s) Isolado(s)
Boriz	Indeterminado
Escampado	Arte Rupestre
Passos	Vestígios Diversos
Barrocas	Estação de Ar Livre
Castelo de Fraião/ Castelo da Furna	Povoado
Arinhos/ Pelourinho de Valença	Miliário
Monte do Cónego	Povoado
Mosteiro de Ganfei	Cemitério
Tapada de Ozão	Arte Rupestre
Monte dos Fortes	Arte Rupestre
Ponte Velha	Ponte
Boivão	Achado(s) Isolado(s)
Entre Ganfei e Verdoejo	Miliário
Chamosinhos	Miliário
Valença - Adro Velho de Verdoejo	Vestígios Diversos
Mondim de Baixo	Mamoa
Picões	Povoado Fortificado
São Pedro da Torre	Estação de Ar Livre
Bouça da Gândara	Vestígios de Superfície
Alto do Corgo	Povoado Fortificado
Monte da Lage	Arte Rupestre
Chã do Marco da Quebrada	Mamoa
Silhães	Povoado Fortificado
Alto do Escaravelhão	Povoado Fortificado
Monte da Forna/Monte da Furna	Achado(s) Isolado(s)
Taião de Baixo	Sepultura
Ponte da Veiga da Mira	Ponte
Ponte da Pedreira	Ponte
Barreira	Arte Rupestre
Outeiro da Madorra	Povoado
Chã da Fonte de Volide	Mamoa

Quadro 13 (Cont.) - Património Arqueológico existente no concelho de Valença (IPA, 2008)

Designação	Tipo de sítio
Igreja Paroquial de Taião	Sarcófago
Caxaria	Povoado Fortificado
Casal de Mato	Povoado
Miliário de Valença	Miliário
Via de Ganfei	Via
Valença - Igreja de Santa Maria da Silva	Sepultura

Desta forma, tendo em conta a diversidade de elementos relacionados com o património arquitectónico e arqueológico existente, o Património Cultural acaba por ser um factor de atracção turística do concelho de Valença.

4.2.3. Efeitos esperados, oportunidades e riscos

No quadro 14 são confrontadas as metas estratégicas dos instrumentos identificados no Quadro de Referência Externa reflectindo a forma como o Plano pode vir a conflitar ou a contribuir para o património cultural, designadamente.

Quadro 14 - Contribuição do Plano para a concretização de metas estratégicas em matéria de sustentabilidade por via da intervenção directa no Património Cultural.

Quadro de Referência	Interacção com os objectivos Estratégicos
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	A Opção Estratégica contribui para alcançar dois dos objectivos estratégicos do PNPT: a) Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos; b) Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	O investimento previsto para a Vila de Valença contribui para o objectivo a) Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida;

A Vila Histórica de Valença, compreendida pelas suas Muralhas constitui-se como um ex-líbris do concelho, da região e do país, pelo que o seu valor cultural é de extrema relevância. O estado de conservação, não obstante algumas intervenções, apresenta ainda algumas características que fazem desta Vila Histórica uma das mais bem conservadas do país.

O inquestionável valor patrimonial, histórico e cultural, faz com que o Plano Director Municipal estabeleça, em sede regulamentar, medidas de preservação e conservação deste fundamental património nacional, particularmente rico na sua perspectiva de conjunto. Assim as normas regulamentares que se advogam para este local, não temendo qualificadas manifestações

arquitectónicas de carácter contemporâneo, devem incidir muito particularmente sobre a preservação deste importante património, tanto a nível do edificado como da morfologia dos espaços públicos.

De referir que foi apresentada a 30 de Setembro de 2000 uma candidatura à UNESCO, a classificação como Património da Humanidade de Valença, em que se retende juntar esforços com a vizinha Vila Histórica de Tuy.

4.2.4. Directrizes para seguimento

De forma a permitir uma valorização adequada do Património Cultural existente no concelho de Valença, propõe-se medidas e linhas de orientação já contempladas no Regulamento da proposta de revisão do PDM. Assim, a proposta de revisão do PDM de Valença prevê algumas restrições e imposições ao nível do património cultural, que contribuem para a minimização de potenciais impactes ambientais, entre as quais se destacam:

- As intervenções realizadas ao nível do património inventariado, deverão ser apenas acções de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios, elementos ou quaisquer outras construções;
- Sempre que essas acções possam diminuir ou prejudicar o seu valor patrimonial (alterações arquitectónicas e construtivas ou alterações volumétricas) a Câmara Municipal pode indeferir essas intervenções;
- Deve ser solicitado parecer prévio à entidade da tutela quando ocorram trabalhos que incidam sobre as áreas inventariadas;
- Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável;
- Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infra-estruturas (da competência da Câmara Municipal ou da administração central) que tragam implicações sobre o património concelhio;
- Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, terá de ser comunicado às entidades municipais e estaduais responsáveis pelo património cultural ou à autoridade policial;

Não obstante o estabelecido na proposta de Regulamento, considera-se fundamental criar uma base de indicadores de acompanhamento das actividades de génese histórico-cultural que tenha em consideração o desenvolvimento de medidas de gestão e acções que promovam a conservação e preservação dos valores patrimoniais existentes (Ver Quadro 39 - Plano de Controlo).

4.3. FCD: Factores Físicos

4.3.1. Descrição do FCD e seus objectivos

A qualidade ambiental de uma determinada região determina a qualidade de vida das suas populações. Este factor crítico de decisão pressupõe a análise de diversos factores como solo, água, atmosfera, factores climáticos, resíduos e ruído. Neste âmbito, tem como principais objectivos ambientais e de sustentabilidade: aumentar a protecção do solo, diminuindo o seu grau de contaminação; minimizar o impacto provocado por resíduos; diminuir os níveis de ruído e vibração; reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais; aumentar o aproveitamento e reutilização de água; reduzir os níveis de emissão de poluentes; aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis contribuindo para a diminuição de emissões de gases com efeito de estufa e ainda reduzir a vulnerabilidade e os efeitos de alterações climáticas (inundações, incêndios, constrangimentos no tráfego devido a condições climáticas extremas, etc.) (Quadro 15).

Assim, este factor pretende avaliar de que forma a implementação das acções preconizadas no PDM de Valença poderão **melhorar a qualidade ambiental da região no que respeita nomeadamente à protecção do solo, dos recursos hídricos e da qualidade do ar**. Pretende-se desta forma identificar os aspectos positivos e negativos, acautelando as ameaças que possam surgir, de forma a evitar alterações significativas neste factor.

Uma potencialidade regional é a construção da eco-pista Valença-Monção, projecto ambiental este de grande alcance que aproveita a desactivação da linha de caminho de ferro para Melgaço sem a danificar o que possibilitará, como se prevê, no futuro próximo, a sua reutilização com outros meios de transporte em via férrea.

Quadro 15 - Principais Indicadores do FCD – Factores Físicos

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores
Factores Físicos	Protecção do solo	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a protecção do solo; • Diminuir a contaminação do solo; • Minimizar o impacto provocado por resíduos; • Promover a reabilitação e uso de áreas degradadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade habitacional; • Queixas de deposição indevida de resíduos no solo; • Produção de resíduos; • Valorização de resíduos; • Recuperação de áreas degradadas; • Áreas com risco de inundação.
	Água superficial e subterrânea	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais; • Aumentar o aproveitamento e reutilização de água; • Manter e recuperar processos ecológicos chave; • Promover o uso eficiente da água. 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade da água superficial e subterrânea; • Utilização de água, por sector, e proporção reutilizada; • População servida por sistema de drenagem de águas residuais.
	Água para consumo humano	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a qualidade e quantidade da água, para consumo humano; • Promover o uso eficiente da água. 	<ul style="list-style-type: none"> • População servida por rede de abastecimento de água para consumo; • Plano analítico/Análises não realizadas; • Violações aos valores Paramétricos; • Consumo de água.
	Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a poluição do ar; • Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa; • Reduzir a vulnerabilidade e os efeitos de alterações climáticas (inundações, incêndios, constrangimentos no tráfego devido a condições climáticas extremas, etc.); • Diminuir a necessidade de viajar; • Aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis; • Reduzir as doenças respiratórias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Níveis de parâmetros chave para avaliação de qualidade do ar; • Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites; • Consumo de gás e electricidade; • Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis; • Consumos energéticos médios, por edifício e por habitante; • Emissões de CO₂; • Risco de ocorrência de cheias e de incêndios; • Distância e acesso a serviços gerais; • Volumes de tráfego; • Número de pessoas com doenças respiratórias.

4.3.2. Situação existente e análise de tendências

A análise SWOT pretende efectuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao factor crítico Factores Físicos, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica (Quadro 16).

Quadro 16 - Análise SWOT no âmbito dos Factores Físicos

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Condições naturais para a produção de energias renováveis; - Toda a população do concelho é servida por sistemas de abastecimento de água. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de alternativas para a libertação do tráfego de atravessamento (EN13) do núcleo urbano; - Má qualidade da água do Rio Minho; - Obsolescência das infra-estruturas de abastecimento de água, de saneamento e de drenagem de águas pluviais; - Assimetrias entre as freguesias rurais e o núcleo urbano, ao nível do parque habitacional, da rede viária e dos equipamentos sociais (ainda não atingidos os 100% de cobertura populacional no saneamento básico).
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Nova marginal do rio Minho potenciará maior aproveitamento turístico do Parque Natural da Senhora da Cabeça e garantirá condições excepcionais para o desenvolvimento de actividades náuticas numa paisagem natural única; - Construção da eco-pista Valença / Monção; - Valorização de energias renováveis (Parque eólico do Vale do Minho); - Construção de uma rede de gás natural para servir a região de Valença. 	<ul style="list-style-type: none"> - Risco de erosão dos solos; - Risco elevado de desertificação; - Elevada concentração de níveis de ozono.

RESÍDUOS

No que respeita aos **resíduos**, o aumento da produção de resíduos sólidos urbanos é particularmente preocupante nos países desenvolvidos, onde a melhoria das condições de vida promoveu o aumento do consumo.

De acordo com o diploma que rege a gestão de resíduos em Portugal (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro), a necessidade de minimizar a produção de resíduos e de assegurar a sua gestão sustentável transformou-se numa questão de cidadania. Existe uma consciência cada vez mais clara de que a responsabilidade pela gestão dos resíduos deve ser partilhada pelo todo da colectividade: do produtor de um bem ao cidadão consumidor, do produtor do resíduo ao detentor, dos operadores de gestão às autoridades administrativas reguladoras.

O concelho de Valença encontra-se inserido no sistema multimunicipal da *Valorminho, Sistema Municipal do Vale do Minho*, que tem por objectivo a valorização e o tratamento de resíduos sólidos urbanos.

De acordo com dados recolhidos pelo INE, em 2005, os resíduos urbanos recolhidos por habitante, em Valença, correspondiam a 500 kg/hab, sendo que a proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente era apenas de 15 kg/hab, equivalente a 3 % dos resíduos urbanos recolhidos (Figura 3).

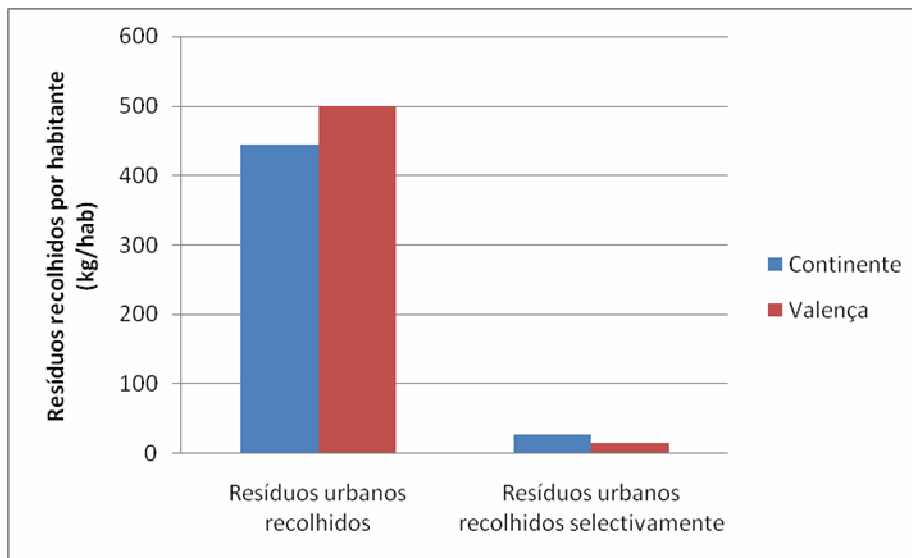


Figura 3 - Resíduos recolhidos por habitante, no Continente e em Valença, em 2005 (INE).

Da análise do gráfico anterior pode constatar-se que, de acordo com os dados de 2005, em Valença existe uma produção de Resíduos urbanos superior ao registado para Portugal continental, e existe uma menor recolha selectiva desses resíduos.

CHEIAS

Relativamente ao **risco de inundações e de cheias**, de acordo com o PBHR Minho, verifica-se que os concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença, nas freguesias de Seixas, Lanhelas e Vilar de Mouros correspondem às zonas nas quais se verificam as situações de risco de inundação.

No que diz respeito ao controlo das cheias verificadas no rio Minho, não é possível um controlo da sua magnitude através de obras hidráulicas existentes. O aproveitamento hidráulico espanhol situado imediatamente a montante do início do troço internacional do rio, a barragem de Frieira, possui uma capacidade de armazenamento muito reduzida quando comparada com as afluências médias anuais nesta secção, não exercendo, por isso, influência na laminagem de cheias. No troço de fronteira não existem aproveitamentos hidráulicos (PBHR Minho).

ÁGUA SUBTERRÂNEA E SUPERFICIAL

Conforme definida pela Directiva-Quadro da Água (DQA) ou Directiva n.º 2000/60/CE e pela sua transposição para a legislação nacional, a Lei da Água (LA) ou Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, a água não é um produto comercial como outro qualquer, e como tal requer estatutos de gestão e protecção especiais. Assim, o principal objectivo da DQA é atingir o bom estado ecológico e químico das águas superficiais.

De entre os aspectos relacionados com a água, há três que se destacam:

1. Disponibilidade e qualidade das águas superficiais;
2. Disponibilidade e qualidade das águas subterrâneas;
3. Utilização de água.

A área em estudo insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Minho (PBHR Minho). De acordo com o PBHR Minho, este rio internacional partilhado por Portugal e Espanha, nasce em Espanha, na Serra de Meira a uma altitude de 750 m e desagua em Portugal, no oceano atlântico, frente a Caminha e La Guardia, após um percurso de 300 km, dos quais 230 situam-se em Espanha, servindo os restantes 70 km de fronteira entre os dois países. Os limites da bacia são: a sul a bacia do rio Lima e as ribeiras da costa atlântica, a sudeste a bacia do Douro e a norte as bacias hidrográficas da costa norte de Espanha. A parte portuguesa da bacia hidrográfica do rio Minho localiza-se no extremo noroeste de Portugal, entre as coordenadas 41º45' e 43º40' de latitude N e 6º10' e 8º55' de longitude W.

A precipitação anual da área da Bacia apresenta um valor médio de 1945,5 mm. Em ano médio, a precipitação mensal ponderada varia entre os 32,3 mm em Julho e os 266,5 mm em Dezembro. Em termos de evapotranspiração potencial, obtiveram-se valores médios anuais de 1100,6 mm (PBHR Minho).

A **rede hidrográfica** (Figura 4) caracteriza-se pela existência de duas linhas de água principais, o rio Minho propriamente dito e o rio Sil, sendo este o maior afluente do rio Minho. O rio Sil nasce na serra de Jistreda, que faz parte da Cordilheira Cantábrica, a cerca de 1500 m de altitude. Corre ao longo de 226 km, até confluir com o rio Minho cerca de 70 km a montante do início do troço internacional. Em Portugal, os principais afluentes são, de montante para jusante: Trancoso, Mouro, Gadanha e Coura (PBHR Minho).

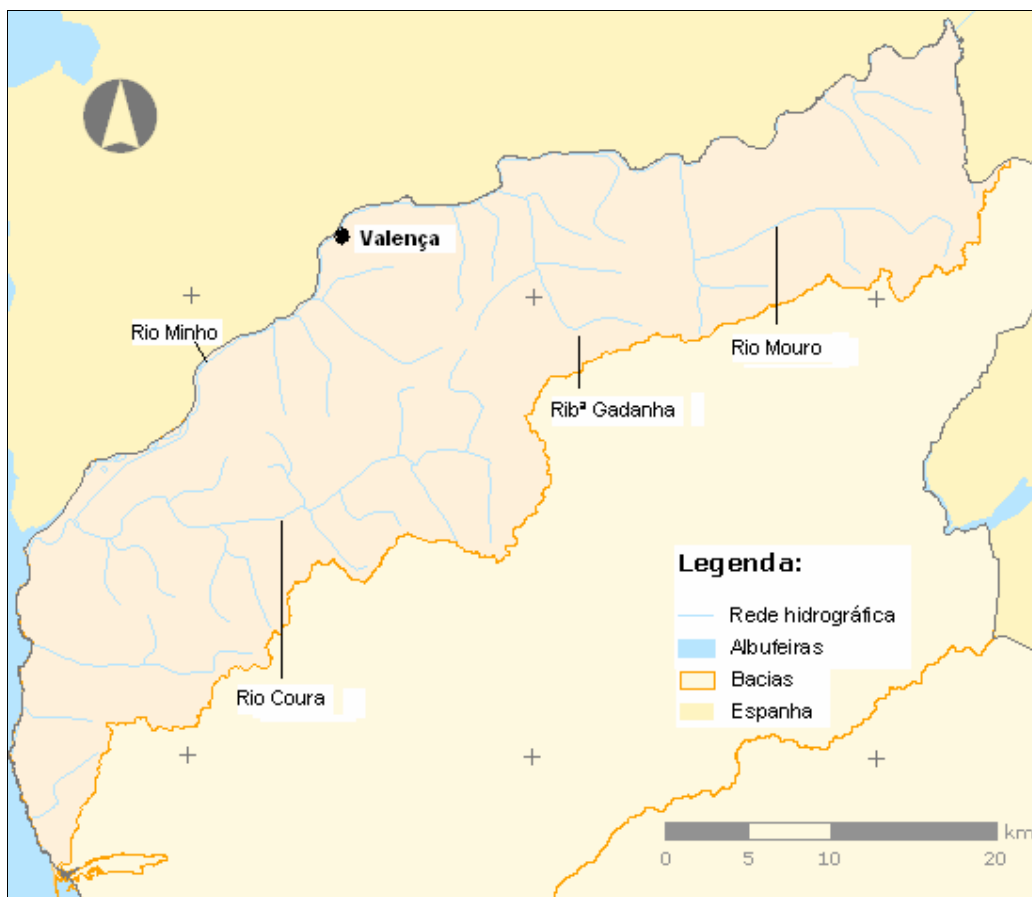


Figura 4 - Rede Hidrográfica do Rio Minho, localização do rio Minho (seus afluentes) e de Valença (Imagem adaptada do INAG - Atlas da Água, 2005).

O concelho de Valença faz parte dos principais núcleos urbanos inseridos na Bacia, juntamente com outros cinco concelhos pertencentes ao distrito de Viana do Castelo: Caminha, Monção, Melgaço, Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura.

A **qualidade da água** do curso principal do rio Minho e dos seus principais afluentes portugueses é aceitável. De acordo com o PBHR Minho, observa-se uma tendência geral de degradação da qualidade de água de montante para jusante, localizando-se os maiores problemas a jusante da entrada do rio Louro. Os problemas de contaminação mais graves incluem contaminação fecal, baixo pH, azoto amoniacal e oxigénio dissolvido. Existem ainda problemas de crescimento acelerado de algas (eutrofização) no troço de montante do rio Minho, junto à fronteira com Espanha.

Os concelhos da Bacia Hidrográfica do Rio Minho que mais contribuem para a carga total gerada de origem doméstica são Monção e Valença, os mais populosos.

Em Valença existe uma Estação Meteorológica e uma Estação de Qualidade.

De acordo com o INAG, a classificação da qualidade da água para usos múltiplos permite obter informação sobre os usos que potencialmente podem ser considerados na massa de água classificada. Assim, são consideradas **cinco classes** de classificação da qualidade da água, conforme descrito no Quadro 17.

Quadro 17 - Cinco classes de Classificação da qualidade da água, de acordo com o INAG (Fonte: Adaptado do Instituto Nacional da Água, 2008)

Classe	Nível de Qualidade
A- Excelente	Águas com qualidade equivalente às condições naturais, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade.
B - Boa	Águas com qualidade ligeiramente inferior à classe A, mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações.
C - Razoável	Águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória; apta para o recreio, mas sem contacto directo.
D - Má	Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir, mas de forma aleatória.
E - Muito Má	Águas extremamente poluídas e inadequadas para a maioria dos usos.

Em 2007, a Estação de Qualidade de Valença apresentou uma classificação “D”, equivalente a “Má”, sendo o parâmetro responsável por essa classificação os Coliformes Totais.

A análise da Figura 5 permite concluir que, ao longo dos últimos anos, a qualidade da água da estação de Valença apresentou uma variação de “Razoável” a “Má”.

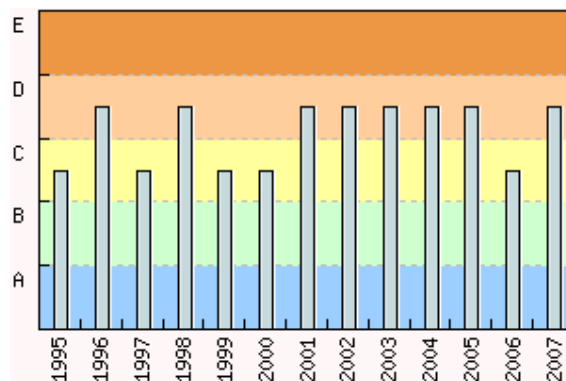


Figura 5 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Valença, no rio Minho, entre 1995 e 2007 (Fonte: INAG).

De referir que, ao longo dos últimos anos, os parâmetros responsáveis pela classificação “Má” foram os coliformes fecais (em 2001, 2004, 2005 e 2006) e os coliformes totais (em todos os anos, desde 1995 até 2007).

De acordo com o PBHR Minho, a contaminação fecal no rio Minho aumenta à medida que se caminha de montante para jusante, em particular a estação de Valença, o que deverá resultar da entrada do rio Louro, a menos de 1 km a montante. O rio Louro drena importantes aglomerados, dos quais se destaca o polígono industrial de Porriños e a localidade de Tuy, não existindo qualquer sistema de tratamento em funcionamento, em curso. As águas superficiais apresentam troços poluídos a muito poluídos, cuja qualidade terá de ser melhorada. Os troços de linha de água com pior qualidade correspondem ao rio Coura, rio Gadanha e rio Minho entre Monção e Valença.

No que diz respeito às origens de **água subterrâneas**, tendo em consideração o PBHR Minho em termos globais, e com base nos dados disponíveis, as águas subterrâneas das formações geológicas presentes na bacia hidrográfica do rio Minho apresentam boa qualidade.

ÁGUAS PARA CONSUMO

O abastecimento de água às populações e às actividades económicas e o saneamento das águas residuais urbanas geradas constituem um dos desafios estruturais do desenvolvimento das sociedades modernas. No entanto, o crescimento de agregados populacionais originou um aumento e uma concentração de necessidades de água para os vários usos e a consequente necessidade de rejeição das águas residuais em quantidades cada vez mais elevadas.

O município de Valença pertence ao *Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Minho – Lima*, que monitoriza a qualidade da água distribuída com base num plano de controlo de qualidade. Este plano é elaborado antes do início de cada ano civil, estando sujeito à aprovação pela entidade que regula esta actividade (Instituto Regulador de Águas e Resíduos) e tem por objectivo o cumprimento dos requisitos legais relativos à qualidade da água de forma a garantir o seu controlo total em cada ponto de entrega.

Cada Subsistema de Abastecimento tem um *Programa de Controlo da Qualidade da Água* dedicado, cujos resultados são trimestralmente comunicados aos Municípios servidos pelo sistema multimunicipal.

No que respeita às necessidades totais de água da bacia, a sua repartição por tipo de utilizador (rega, indústria, pecuária e doméstica), em Valença, encontra-se descrita no Quadro 18.

Quadro 18 - Repartição das necessidades anuais de água em Valença, por tipo de utilizador (PBHRM)

Concelho	Rega (m³)	Indústria (m³)	Pecuária (m³)	Doméstica (m³)
Valença	5 470 600	109 696	76 530	1 035 977

Como se pode verificar pela análise do Quadro 18, cerca de 81% das necessidades correspondem à rega, e cerca de 15% corresponde ao abastecimento doméstico, e apenas 1% corresponde às necessidades de água para a indústria, e 1% à pecuária.

SISTEMA DE SANEAMENTO

O concelho de Valença dispõe actualmente de 2 sistemas de drenagem de águas residuais (PBHR Minho):

– **Sistema de Vila**, que serve na totalidade as freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, e parte das freguesias de Gandra, Ganfei e Cerdal: possui actualmente uma estação de tratamento de águas residuais domésticas (ETAR de Cristelo Covo) com tratamento secundário consistindo em gradagem, lagoa arejada facultativa, lagoa de sedimentação e lagoa de afinação. O destino da fase líquida será o rio Minho, sendo o da fase sólida desconhecido.

– **Sistema de S. Pedro da Torre**, que serve a totalidade da freguesia de S. Pedro da Torre e parte da freguesia de Silva: possui uma estação de tratamento de águas residuais domésticas (ETAR de S. Pedro da Torre) com tratamento secundário consistindo em gradagem, lamas activadas, decantação secundária e leitos de secagem e cujo funcionamento é regular. O destino da fase líquida é a ribeira da Fonte Brejiela e o da fase sólida o solo e o uso na jardinagem.

De acordo com dados do INE, em 2005, cerca de 55% da população do concelho de Valença era servida por sistemas de drenagem de águas residuais e por sistemas de tratamento de águas residuais.

A *Águas do Minho e Lima*, no âmbito da exploração das estações de tratamento de águas residuais (ETAR), realiza um programa de monitorização analítica, quer para efeitos de controlo dos processos de tratamento, quer para efeitos da verificação da conformidade da água tratada com as normas de descarga.

Na verdade, a correcta operação de uma ETAR obriga a um estudo analítico sistemático, das diferentes etapas do processo de tratamento, permitindo acompanhar o desempenho das instalações. As análises são realizadas usando os meios laboratoriais das ETAR, e respeitam os métodos de referência definidos na legislação aplicável. Cada instalação possui uma Licença de Descarga pela qual a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte estabelece as condições de descarga das águas residuais tratadas (Águas do Minho e Lima).

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

De acordo com o PBHR Minho, a área da bacia do rio Minho encontra-se, de uma forma geral, bem servida em termos de sistemas municipais de abastecimento de água. A zona litoral encontra-se totalmente servida, bem como o interior dos concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e o concelho de Paredes de Coura.

De facto, de acordo com informação fornecida pelo INE (2005), a totalidade da população do concelho de Valença é servida por sistemas de abastecimento de água para consumo.

No quadro 19 apresenta-se o número de sistemas, de captações e de ETA existentes no concelho de Valença.

Quadro 19 - Equipamento de abastecimento disponível no concelho de Valença (PBHRMinho)

Concelho	Nº de sistemas de abastecimento de água	Nº de sistemas que servem mais do que 2500 hab	Nº de Captações	Nº de ETA
Valença	12	1	20	1

Os sistemas de abastecimento referidos dispõem de 24 reservatórios, 9 dos quais servindo o sistema de Vila e Zona Sul. Os seus volumes variam entre 20 e 500, sendo a capacidade da sua maioria de inferior a 100 m³. Conforme indicado no Quadro 19, existe uma estação de tratamento de água no concelho, cujo tratamento consiste na correcção do pH com leite de cal e desinfecção.

De acordo com os dados do INE (referentes a 2005), o consumo de água por habitante, em Valença, era de cerca de 55 m³/hab, ligeiramente inferior ao registado em Portugal continental, de 59 m³/hab (Figura 6).

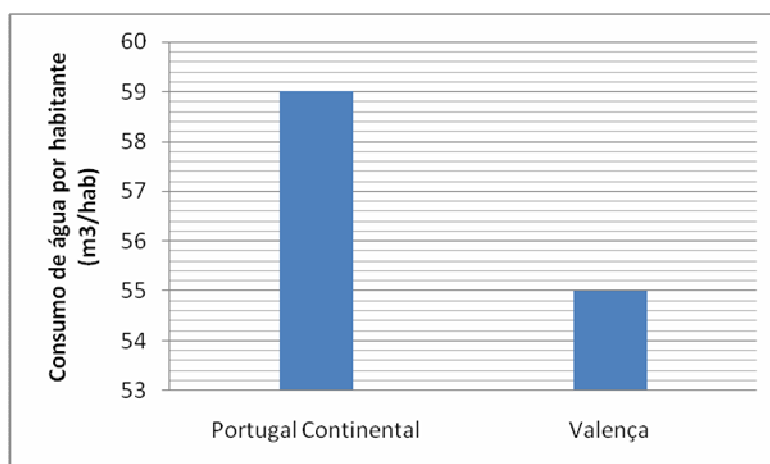


Figura 6 - Consumo de água por habitante em Portugal continental e em Valença (INE)

De acordo com o PBHR Minho, dos concelhos que estão inseridos neste plano, no que respeita às necessidades de água para consumo doméstico, Monção é o concelho que apresenta maiores necessidades de água (29%), logo seguido de Valença, com 22%.

No que respeita à eficiência de utilização da água, no âmbito do PBHR Minho, os valores encontrados para as perdas rondam os 30%, valor esse que pode ser significativamente maior nos pequenos sistemas, actualmente sem qualquer controlo, nomeadamente ao nível das captações (PBHRM, 2001). No entanto, de acordo com o PBHR Minho, a evolução das perdas deverá sofrer uma diminuição do seu valor, o que se relaciona com os objectivos fixados de entrada em funcionamento de novos sistemas e de reabilitação dos sistemas existentes que o justificarem.

QUALIDADE DO AR

A qualidade do ar é uma componente relevante do ambiente, determinante para a saúde pública e para o equilíbrio dos ecossistemas. Os efeitos negativos resultantes da deterioração da qualidade do ar repercute-se negativamente na saúde pública e no bem estar das populações, exercendo também uma influência nefasta na fauna, flora e até no património construído.

A estação Senhora do Minho, localizada a 777 m de altitude, faz parte da Rede de Medida da Qualidade do Ar da Região Norte, pertence à zona do Norte Litoral, localizada em Viana do castelo, e é a que se encontra a uma menor distância do concelho de Valença. Apresenta como coordenadas geográficas WGS84, uma latitude de 041°48'13" e uma longitude de 008°41'64".

Em 2005, com o início de funcionamento da estação de Senhora do Minho, foram obtidos pela primeira vez dados de qualidade do ar em contínuo nessa estação. Todas as estações de medição estão equipadas com analisadores automáticos que permitem a monitorização em contínuo de vários poluentes.

A Figura 7 inclui uma representação das Zonas e Aglomerações da Região Norte e a localização das estações de monitorização, nomeadamente a estação de Senhora do Minho.

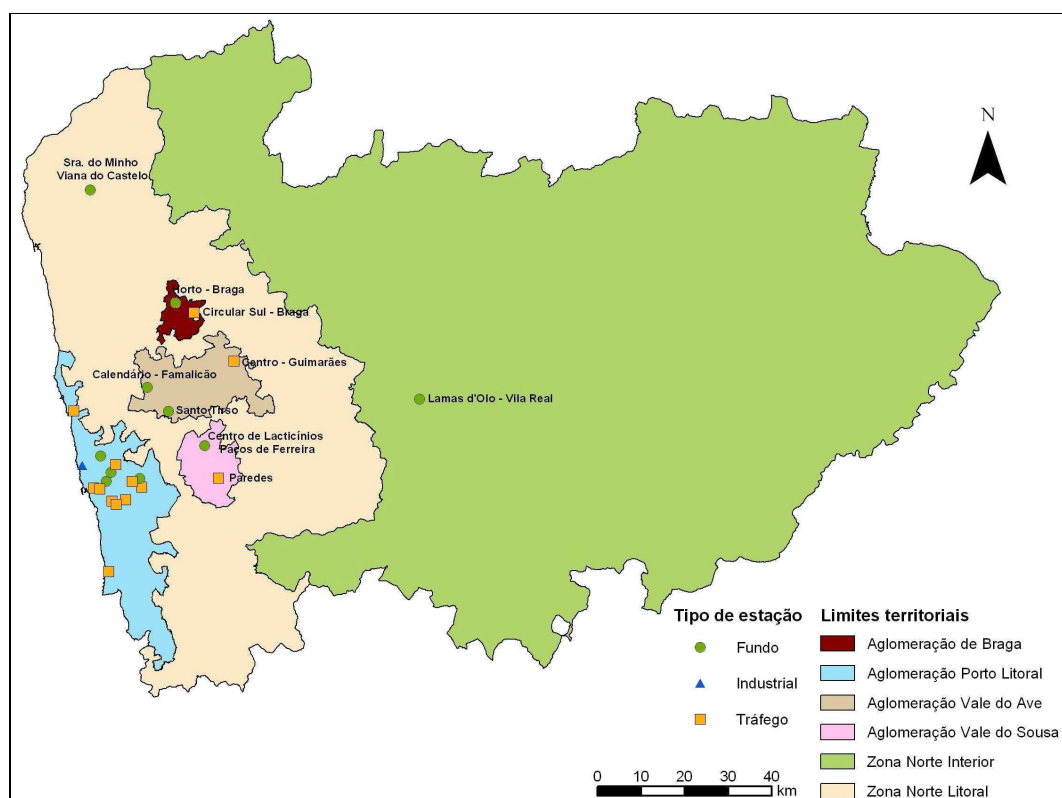


Figura 7 - Representação das Zonas e Aglomerações da Região Norte e localização das estações de monitorização (CCDRN).

A estação Senhora do Minho está em funcionamento desde 11 de Março de 2005 e os parâmetros monitorizados são o Dióxido de Azoto (NO_2), o Ozono (O_3), o Dióxido de Enxofre (SO_2), as Partículas $<10\mu\text{m}$ (PM_{10}) e as Partículas $<2,5\mu\text{m}$ ($\text{PM}_{2,5}$). No Quadro 20 apresenta-se uma caracterização mais pormenorizada da estação da Rede de Medida da Qualidade do Ar da estação da Senhora do Minho, nomeadamente a Zona, Aglomeração e concelho a que pertencem, poluentes medidos, data de início de funcionamento, tipo de ambiente em que estão inseridas e influência em termos de emissões a que estão sujeitas.

Quadro 20 - Caracterização da estação de monitorização da Rede de Medida da Qualidade do Ar da Srª do Minho

Zona	Concelho	Estação	Tipo de Ambiente	Tipo de influência	Data início	NO2	SO2	PM10	PM2,5	O3
Norte Litoral	Viana do Castelo	Srª do Minho	Rural	Fundo	Março 2005	x	x	x	x	x

Fonte: www.qualar.org

Os valores médios registados para cada parâmetro, em 2005 e em 2006, encontram-se no Quadro 21.

Quadro 21 – Valores médios registados, em 2005 e 2006

Parâmetro	Símbolo	Unidades	Valor Médio 2005	Valor Médio 2006
Dióxido de Azoto	NO ₂	µg/m ³	3,5	3,5
Ozono	O ₃	µg/m ³	92,9	85,9
Dióxido de Enxofre	SO ₂	µg/m ³	2,6	2,4
Partículas < 10 µm	PM10	µm	21,1	13,2
Partículas < 2.5 µm	PM2.5	µm	13,4	10,3

Fonte: www.Qualar.org | Valor médio anual (base horária)

Para o ozono importa ainda referir, além do valor médio, o valor máximo e o nº de excedências do Limiar de Informação à População (180 µg/m³) e do Limiar de Alerta à População (240 µg/m³), para os anos de 2005 e 2006 (Quadro 22 e Quadro 23).

Quadro 22 - Dados estatísticos relativos ao Ozono, em 2005 e 2006

Ozono	Valor Anual (base horária) 2005	Valor Anual (base horária) 2006
Eficiência (%)	96.2%	74.9%
Dados Validados (n.º)	8 431	6 563
Média (µg/m ³):	92.9	85.9
Máximo (µg/m ³):	256.0	216.0

Fonte: www.Qualar.org

O **limiar de informação** indica o nível acima do qual uma exposição de curta duração acarreta riscos para a saúde humana de grupos particularmente sensíveis da população (tais como crianças, idosos, asmáticos/alérgicos e indivíduos com outros problemas respiratórios) e a partir do qual é necessária a divulgação de informação horária actualizada o nível acima do qual é necessário a divulgação horária.

Quanto ao **limiar de alerta**, este representa um nível de poluentes na atmosfera acima do qual uma exposição de curta duração apresenta riscos para a saúde humana e a partir do qual devem ser adoptadas medidas imediatas.

No que respeita ao número de excedências do limiar de alerta à população referente ao ozono, em 2005 verificou-se a ocorrência de um registo de 3 vezes.

Quanto ao limiar de informação à população, destaca-se o elevado número de ocorrências registado nesta estação em 2005, 135 vezes, e em 2006, 22 vezes (Quadro 23).

Quadro 23 - Protecção da Saúde Humana (Directiva 2002/3/CE): Base Horária - 2005 e 2006

Designação	Valor (Ozono) (µg/m3)	N.º Excedências (2005)	N.º Excedências (2006)
Limiar de Alerta à população	240	<u>3</u>	0
Limiar de informação à população	180	<u>135</u>	<u>22</u>

Fonte: www.Qualar.org

A estação da Senhora do Minho apresenta um comportamento distinto relativamente à variação padrão do perfil diário do ozono. Nesta estação, caracterizada como rural de fundo, a concentração média mantém ao longo do dia valores muito constantes, consideravelmente mais elevados que os medidos nos outros locais. O pico de concentração verifica-se ligeiramente mais tarde que nas restantes estações com um atraso de cerca de 2-3 horas. Este comportamento distinto deverá estar relacionado com a sua posição geográfica, localizada a 800 m de altitude no Alto da Serra de Senhora do Minho. Este posicionamento poderá favorecer as intrusões de ozono estratosférico. Além disso, esta estação poderá também estar sujeitas ao transporte de massas de ar poluídas provenientes de outros locais consideravelmente afastados. Por outro lado, o facto de a concentração de ozono não descer durante o final da tarde e noite, poderá indicar um certo isolamento desta camada de ar face a processos de decomposição de ozono normalmente observados em altitudes inferiores. Quanto à variação sazonal, é no período de Primavera/Verão (Abril a Agosto) que ocorrem concentrações de ozono mais elevadas sendo que, uma vez mais, a estação de Senhora do Minho apresenta níveis consideravelmente mais elevados que os observados nos restantes locais de medição (CCDRN).

CONSUMO DE ELECTRICIDADE

No que respeita ao **consumo de electricidade** no concelho de Valença, de acordo com dados da DGEG, o consumo de electricidade neste concelho, em 2005, apresentava um valor de 50907314 kWh. Em 2006, o consumo de energia eléctrica, foi de 53511964 kWh, tendo-se verificado um ligeiro aumento do consumo deste tipo de energia, entre o ano de 2005 e 2006.

O quadro 24 apresenta o consumo de energia eléctrica, no concelho de Valença, por sector de actividade, para o ano de 2006.

Quadro 24 - Consumo de energia eléctrica, no concelho de Valença, por sector de actividade em 2006 (DGEG)

Sector de Actividade	Total de Consumo (kWh)
Agricultura e Pescas	432.762
Indústria extractiva	2.161.639
Alimentação Bebidas e Tabaco	4.312.052
Indústria textil, vestuário e couro	134.666
Indústria da Madeira e Cortiça	141.746
Indústria do Papel	10.999
Indústria química, derivados do petróleo	221.601
Indústria cerâmica, vidro e cimento	2.138.016
Indústria Metalúrgica	0
Prod/ Metal/ Máq/ Equipamentos	387.720
Outras Ind/transformadoras	1.836.047
Produção de Electricidade	0
Elevação/Abastecimento de Água	1.888.798
Construção e Obras Públicas	969.227
Comércio por Grosso e Retalho	9.715.785
Restauração, Hotelaria e similares	4.612.938
Transportes	34.967
Bancos e Seguros	803.105
Outros Serviços	7.283.728
Doméstico	16.426.168
Total	53.511.964

Verificou-se igualmente a ocorrência de um ligeiro aumento do número de consumidores de energia eléctrica, de 2005 para 2006, de 9242 para 9322 consumidores deste tipo de energia.

De acordo com dados do INE, pode aferir-se que o concelho de Valença apresentou, para o ano de 2006, um consumo energético por edifício de cerca de 486 472 kWh/edifício, e um consumo energético por habitante de 3 735 kWh/hab.

O concelho de Valença não oferece **consumo de gás natural** à sua população, sendo que no distrito de Viana do Castelo, apenas os concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e o concelho de Viana do Castelo apresentam infraestruturas para receber o gás natural.

Relativamente à **produção de energia a partir de recursos renováveis**, a informação bibliográfica presente na DGEG é referente apenas ao distrito de Viana do Castelo (não pormenoriza a informação ao nível concelhio).

Assim, de uma forma geral, de acordo com o relatório de Janeiro de 2008, produzido pela DGEG relativo à energia renovável, a produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renovável (FER) está concentrada no Norte, principalmente nos distritos de Bragança, Viana do Castelo, Viseu, Coimbra, Vila Real e Braga (1000, 829, 777, 731, 627 e 614 MW).

O quadro 25 apresenta a evolução da energia eléctrica produzida a partir de FER, em Portugal continental e no distrito de Viana do Castelo (excluindo a Energia Fotovoltaica).

Quadro 25 - Evolução da energia eléctrica produzida através de renováveis (GWh) em Portugal Continental e no distrito de Viana do Castelo (excluindo a energia Fotovoltaica) (DGEG)

Anos	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Continente	8 859	13 314	16 078	10 166	18 000	12 588	8 667	16 160	16 289
Viana do Castelo	784	1 272	1 612	786	1 161	721	507	1 253	1 231

O Quadro 26 apresenta a evolução da potência instalada total de renováveis, excluindo a grande hídrica e a fotovoltaica.

Quadro 26 - Evolução da Potência Instalada total de renováveis, excluindo a grande hídrica > 30 MW e Fotovoltaica (MW) Portugal Continental

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan 2008
Total dos distritos	971	1 035	1 149	1 211	1 519	2 030	2 668	3 159	3 212
Viana do Castelo	57	57	83	64	98	115	154	164	164

O Quadro 27 apresenta a evolução da potência acumulada licenciada em Portugal continental e no distrito de Viana do Castelo.

Quadro 27 - Evolução da potência acumulada licenciada por distrito

Distritos	Grande hídrica	Eólica				Total			
		Até 2005	2006	2007	Jan 2008	Até 2005	2006	2007	Jan 2008
Total - Continente	4 513	2 523	3 070	3 334	3 350	7 995	8 606	9 000	9 044
Viana do Castelo	686	89	334	334	334	851	1 096	1 099	1 099

De referir ainda que, relativamente a alguns indicadores indicados no RFC, a pormenorizar nesta fase da avaliação ambiental, não foi possível obter informação mensurável e expedita sobre esses indicadores, nomeadamente quanto a:

- Queixas de deposição indevida de resíduos no solo;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Emissões de CO₂;
- Distância e acesso a serviços gerais.

4.3.3. Efeitos esperados, oportunidades e riscos

As principais acções associadas à implementação do PDM de Valença, que serão susceptíveis de originar efeito directo sobre os solos, recursos hídricos e qualidade do ar são a criação de um parque empresarial, a exploração de áreas de indústria extractiva e a instalação de parques de sucata.

Relativamente à implementação do **Parque Empresarial**, este terá uma área de 90 hectares, zonas específicas destinadas a instalação de empresas industriais, de serviços administrativos, de armazéns e de oficinas. O Parque terá capacidade para instalar cerca de 20 empresas industriais, entre 6 e 10 armazéns, mais de 20 pequenas oficinas e mais de 20 escritórios de serviços administrativos.

Durante a fase de construção, são de esperar acções de desmatção, decapagem, movimentação de terras e mobilização do solo com a consequente compactação do solo (resultado da movimentação de máquinas e veículos). Ainda nesta fase poderão ocorrer derrames acidentais de óleos e hidrocarbonetos que poderão provocar eventual contaminação do solo. Na fase de exploração, os principais impactes decorrem da deposição de resíduos no solo, pelas empresas instaladas, e de derrames acidentais que promovem a contaminação do solo. No entanto, de salientar que uma das prioridades deste projecto prende-se com a questão ambiental, estando

previsto a construção de um **EcoCentro** para efectuar a recolha e triagem dos respectivos resíduos sólidos industriais.

Este projecto do Parque Empresarial prevê igualmente a criação de uma área de lazer, contemplando um espaço para a prática desportiva e outras actividades lúdicas, que poderá ser utilizado não apenas pelos seus residentes, mas também pelas populações vizinhas.

Relativamente ao destino a dar aos efluentes domésticos gerados durante a fase de construção do Parque Empresarial, estes deverão ser recolhidos e encaminhados para empresas devidamente licenciadas. No que se refere aos efluentes gerados pelas empresas que se instalarem no parque empresarial (na fase de exploração do Parque), estes serão encaminhados para uma ETAR, que será construída para esse efeito.

A construção deste Parque empresarial poderá ter ainda efeitos na **qualidade do ar**, onde a circulação de maquinaria e veículos, irá promover a emissão de poluentes (NOx, CO, COV e partículas) para a atmosfera, e ainda a emissão de poeiras devido a acções relacionadas com escavações, terraplenagens e movimentação de terras, no entanto, com uma significância muito reduzida.

A revisão do PDM prevê ainda a construção de uma rede viária **com um acesso directo à Estrada Nacional EN 13**, a aproximadamente 500 metros do nó de São Pedro da Torre da auto-estrada A 3, rede essa que cobrirá todo o espaço do Parque Empresarial, e que irá promover um aumento do volume de tráfego nesta zona. Assim sendo, o fluxo de veículos automóveis irá induzir um aumento das emissões de poluentes para a atmosfera.

De acordo com a versão do futuro PDM os principais objectivos da implementação do Parque Ambiental serão a recuperação e monitorização ambiental e paisagística e a renovação e requalificação ambiental da zona de intervenção.

Está ainda prevista a instalação de um **posto de abastecimento de combustíveis**, que deverá estar enquadrado com a legislação respectiva, de forma a não ocorrerem derrames acidentais de hidrocarbonetos para os solos.

De referir que a futura versão do PDM de Valença não admite a abertura de novas áreas de **exploração para indústria extractiva** (os espaços para indústria extractiva referem-se à delimitação de áreas afectas ou destinadas à exploração de massas minerais) para além das actualmente consideradas. Pelo número de pedreiras em funcionamento e pelo efectivo impacto na paisagem, nas povoações, onde o pó residual deixa marcas nas habitações e nas estradas do concelho pelo movimento de veículos pesados de carga, é estratégia da Câmara Municipal apenas manter em elaboração as pedreiras que já possuem licença, consequentemente sem criar novas áreas industriais de exploração de inertes. Desta forma, a actividade deste tipo de indústria poderá apresentar impactes negativos ao nível da qualidade do ar devido aos níveis de empoeiramento que se fazem sentir na envolvente, no entanto, a situação não se irá agravar uma vez que a revisão do PDM não admite a abertura de novas áreas de exploração.

A revisão do PDM não permite ainda a instalação de **parques de sucatas** em áreas que não estejam destinadas para esse efeito. O espaço de sucatas corresponde à área afectada ou destinada ao depósito de sucatas e ou destinada à localização de parques de sucata, sendo admissível a sua localização apenas nesta área específica. Esta revisão do PDM exige ainda que nestes locais, sejam assegurados métodos de prevenção e redução da poluição de forma a evitar a contaminação dos solos e evitar a degradação da qualidade da água, devendo ser assegurados os seguintes aspectos: drenagem pluvial de áreas permeáveis, drenagem interna de zonas permeáveis de depósito, e tratamento adequado dos efluentes.

A futura versão do PDM de Valença inclui na sua classificação de solo rural, o Espaço Natural, constituído por uma “área de estrutura linear dominada pelo Rio Minho, com uma reentrância na Ribeira da Veiga de Mira, em que se privilegia a protecção, conservação, gestão racional, e capacidade de renovação dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores naturais paisagísticos”. A existência deste espaço, que inclui os **recursos hídricos superficiais** existentes na área do PDM, tem como objectivo principal a “protecção dos espaços naturais e de paisagem, a preservação e ou requalificação das respectivas características ecológicas, assim como dos seus valores de fauna e flora, contra as formas de degradação dos recursos naturais que ponham em causa a manutenção do equilíbrio ecológico, sendo prioritária a implementação das medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies da flora e fauna selvagens num estado favorável”.

Ao nível da melhoria da qualidade do meio ambiente, a revisão do PDM de Valença tem previsto um **modelo de urbanização a sul de Valença** que pode ter particular interesse pela relação que pode estabelecer entre as componentes ecológicas e as componentes construídas. Assim, assumem funções estruturadoras do espaço urbano, as linhas de água e sua envolvente da Ribeira de Favais e das Levadas que poderão potenciar a existência de uma rede de parques urbanos de relevante dimensão assegurando uma baixa densidade construída e a preservação destes espaços a tensões urbanísticas.

Ao nível do sistema de saneamento, a revisão do PDM de Valença indica como fundamental para a melhoria da qualidade de vida das populações, uma intervenção que permita completar a **rede de saneamento básico**. Actualmente, uma das fraquezas identificadas ao nível concelhio é a obsolescência das infra-estruturas de abastecimento de água, de saneamento e de drenagem de águas pluviais na vila histórica de Valença (vila muralhada).

Na sequência da implementação do projecto da **Eco-Pista** no concelho, que aproveita a desactivação da linha de caminho de ferro e a possibilidade da sua reutilização com outros meios de transporte em via férrea, a revisão do PDM prevê a definição de uma rede de percursos, que contemple diferentes formas de mobilidade e o uso de um meio de transporte alternativo, valorizando o usufruto do meio ambiente envolvente, e a consequente diminuição de emissões para a atmosfera.

Este projecto Eco-pista está incluído, em termos de PDM, na denominada **estrutura ecológica municipal** que, dentro das suas várias valências e componentes integradas, inclui elementos tão variados quanto áreas que pelas suas características orográficas implicam a necessidade de protecção dos solos e da rede hidrográfica, de terrenos arborizados ou cuja arborização é conveniente ou necessária para o bom regime das águas, ou para a fixação e conservação do solo, de áreas sensíveis tais como zonas ribeirinhas, áreas de infiltração máxima e zonas declivosas, de áreas que são constituídas por solos de maiores potencialidades agrícolas, ou que tenham sido objecto de investimentos para aumentarem a sua capacidade produtiva, bem como por áreas de valor ecológico e paisagístico de protecção e conservação dos habitats.

De referir que a revisão do PDM aponta como factor qualificante do território a disponibilidade do gás natural, cuja conduta atravessa precisamente o concelho de Valença, estando prevista a construção de uma rede para servir a região envolvente.

O Quadro 28 identifica os instrumentos de referência relevantes para a concretização das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM, no que diz respeito ao FCD – Qualidade Ambiental.

Quadro 28 - Quadro de referência relevante para os principais factores ambientais.

Quadro de Referência	Metas Estratégicas
Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território	As acções previstas na proposta de revisão do PDM está em consonância com os objectivos do PNPT, nomeadamente “Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos”.
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável	A proposta de revisão do PDM de Valença deverá ajudar a garantir uma “Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural”.
Programa Nacional para as Alterações Climáticas	A proposta de revisão do PDM de Valença contribui para alcançar um dos objectivos estratégicos do PNAC: “Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto”.
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Minho	A proposta de revisão do PDM de Valença em análise contribui para garantir um dos objectivos estratégicos do PBH Minho: “Protecção das Águas e Controle de Poluição – garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos”.
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho	As acções previstas na proposta de revisão do PDM contribuem para a “Diminuição do risco de incêndio e, consequentemente, da área florestal ardida”.

4.3.4. Directrizes para seguimento

Para além dos programas de seguimento ambiental já existente para a área do concelho e que decorrem da intervenção directa quer de organismos da administração central quer da

administração local, importa ainda alargar a outros indicadores evidenciados neste relatório. Para isso, deverão ser seguidas as orientações definidas no Plano de Controlo (Quadro 39), onde se definem indicadores, medidas de gestão ambiental e acções a realizar, que deverão ser tidas em consideração pelo município para que se garantam elevados níveis de sustentabilidade.

4.4. FCD: Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

4.4.1. Descrição do FCD e seus objectivos

O território de Valença apresenta como fragilidade regional uma deficiente hierarquia viária, uma extrema divisão cadastral (minifúndio), com uma matriz de povoamento rural disperso. A pressão urbanística sobre os núcleos urbanos existentes por oposição à desertificação dos aglomerados populacionais mais interiores e a ausência de projectos que diversifiquem o espaço económico, consolidando e complementando a actividade agrícola, como o turismo rural ou o artesanato, são algumas das ameaças presentes na região.

No entanto, Valença tem enormes potencialidades que deverão ser aproveitadas e que passam, nomeadamente, pela implantação de actividades económicas com significativa importância a nível internacional que poderão funcionar como âncoras de desenvolvimento do território do Vale do Minho, como o Parque empresarial Gandra/Valença, ou a Zona Industrial de S. Pedro da Torre.

A competitividade é uma das preocupações locais, no entanto, depende fundamentalmente de factores como a imagem, a boa governação, o estabelecimento de parcerias coesas e sustentáveis, assim como de sinergias com outras cidades ou aglomerados.

Este factor crítico de decisão pretende proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas, valorizar a diversidade e a identidade local assim como melhorar a quantidade e qualidade de espaços públicos ao ar livre. Pretende ainda promover condições que contribuam para a melhoria da saúde, promovendo modos de vida mais saudáveis, protegendo desta forma a saúde humana.

A avaliação deste factor crítico pretende identificar os aspectos que as acções preconizadas na proposta de revisão do PDM poderão desenvolver e que poderão ter influência no ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade, e a melhor forma de promover a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Para isso, identificaram-se critérios de avaliação e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende realizar (Quadro 29).

Quadro 29 - Principais Indicadores do FCD - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade.

FCD	Critérios	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Saúde Humana	<ul style="list-style-type: none"> Promover condições que contribuam para a melhoria da saúde; Promover modos de vida mais saudáveis; Proteger e promover a saúde humana; Diminuir os níveis de ruído e vibração; Aumentar as oportunidades de actividades e exercício ao ar livre. 	<ul style="list-style-type: none"> Tamanho da população; Variações demográficas; Longevidade/mortalidade infantil; Acidentes rodoviários; População afectada por níveis de ruído ambiental; Opinião geral dos residentes.
	Ambiente Urbano e Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> Consolidação do espaço urbano Requalificação e valorização de edifícios públicos Reabilitação e ocupação de edifícios degradados; Promover um correcto ordenamento biofísico e paisagístico; Melhorar a quantidade e qualidade de espaços públicos ao ar livre; Reduzir a necessidade de excluir áreas de REN e desafectar áreas de RAN. 	<ul style="list-style-type: none"> População residente no Município; População residente em núcleos urbanos; Espaço urbanizável ocupado; Espaço urbanizável no PDM em vigor; Licenças para construção (edifícios); Licenças para reconstrução (edifícios); Área total de RAN, no município; Área total de REN, no município; Área de RAN desafectada, por efeito de PMOT; Área de REN excluída, por efeito de PMOT; Área de REN utilizada por intervenções com RIP – Reconhecimento de Interesse Público.
	Desenvolvimento Regional e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar as acessibilidades; Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa; Fomentar o desenvolvimento regional sustentável; Promover o turismo sustentável; Aumentar a competitividade económica. 	<ul style="list-style-type: none"> Rede viária; Volumes de tráfego; Mobilidade sustentável; Unidades de turismo sustentável; Implantação de indústrias em áreas adequadas.

4.4.2. Situação existente e análise de tendências

No Quadro 30 é apresentada a análise SWOT traduz a evolução actual sem a implementação das propostas do Plano em apreço, dando naturalmente particular relevo às componentes de ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade.

Quadro 30 - Análise SWOT no âmbito do ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade.

Forças	Fraquezas
Localização no coração de uma euro-região com uma população de 7 milhões de habitantes a menos de 1 hora de distância; Posicionamento do Vale do Minho no contexto transfronteiriço; Local de passagem dos caminhos de S. Tiago; Identidade reforçada pelos concelhos do Vale do Minho, com os quais Valença confronta e estabelece relações de interdependência; Sinais evidentes do alargamento institucional nacional e da cooperação transfronteiriça. Associação de Municípios do Vale do Minho, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho, . Associação para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho,...; Localização estratégica de áreas para actividades . Zona Industrial de S. Pedro da Torre / Parque Empresarial Gandra / Valença; Palco de inúmeros certames; . EXPOMINHO / Expo Valença / Festas Valencianas,...; Área montanhosa com forte diversidade ecológica e paisagística.	Deficiente hierarquia viária; Zona de minifúndio; Matriz de povoamento rural disperso; Inexistência de oferta hoteleira competitiva relativamente ao país vizinho.
Oportunidades	Ameaças
Nova marginal do rio Minho potenciará maior aproveitamento turístico do Parque Natural da Senhora da Cabeça e garantirá condições excepcionais para o desenvolvimento de actividades náuticas numa paisagem natural única; Construção do campus Universitário de Valença; Construção da eco-pista Valença / Monção; Implantação de actividades económicas com significativa importância a nível internacional que poderão funcionar como âncoras de desenvolvimento do território do Vale do Minho: Parque empresarial Gandra / Valença deve constituir uma oportunidade de promoção e desenvolvimento; Zona industrial de S. Pedro da Torre, próxima ao nó da A3, revela fortes potencialidades de atracção às empresas de logística; Parque eólico do Vale do Minho; Projecto de qualificação do Aeródromo do Vale do Minho; Valorização do potencial endógeno do território do Vale do Minho; programa de "Qualificação das competências da administração local no Vale do Minho"; programa de "Qualificação dos recursos turísticos no Vale do Minho"; Projecto "Promoção e Gestão da Imagem do Vale do Minho" direccionado para a promoção territorial recorrendo à introdução de uma imagem de marca para o Vale do Minho e seus concelhos: imagens/slogans / roteiros turísticos / site na Internet . logomarca – "Vale do Minho, um rio de emoções", Promoção e dinamização de uma política cultural intermunicipal – Rede Cultural Intermunicipal. Biblioteca virtual do Vale do Minho.	Pressão urbanística sobre os núcleos urbanos existentes por oposição ao despovoamento das povoações mais interiores; Ausência de projectos que diversifiquem o espaço económico, consolidando e complementando a actividade agrícola, como o turismo rural ou o artesanato. Proximidade da oferta turística de outras regiões, como a Galiza; Competição com outras associações de municípios vizinhas; Inexistência de trabalhadores locais qualificados que assegurem apostas vencedoras nas actividades mais significativas para a região; Desconhecimento por parte de muitos agentes do sector do turismo das características desta região; falta de estruturação do sector do turismo ao nível local; falta de visibilidade dos produtos existentes, de uma forma regionalmente diferenciada; Degradação dos ecossistemas; Bloqueamentos institucionais que dificultem a cooperação; Dependência de financiamento externo público e/ou privado; Desfasamento entre planos e projectos.

Desenvolveu-se um diagnóstico e análise de tendências para caracterizar o FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade, com o objectivo de pormenorizar a informação apresentada e de criar uma base de informação que sustente as medidas sugeridas.

SAÚDE HUMANA

Através do Planeamento Urbano pode-se contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para o aumento da esperança de vida, nomeadamente, através do aumento da área verde por habitante, escolha adequada das espécies vegetais a colocar nos espaços verdes, aumento da disponibilidade de oportunidades de actividades ao ar livre.

VARIAÇÕES DEMOGRÁFICAS E ÍNDICE DE LONGEVIDADE/MORTALIDADE INFANTIL

O acompanhamento da evolução das variações demográficas (Quadro 31) e do índice de Longevidade/mortalidade infantil (Quadro 32) permite avaliar a qualidade das condições e cuidados de saúde prestados à população. O aumento do Índice de Longevidade reflecte a melhoria de acções preventivas na área da saúde.

Quadro 31 - Evolução da população residente no Concelho de Valença

População	2001	2006
[0 a 14] anos	1987	1864
[15 a 24] anos	1859	1726
[25 a 64] anos	7245	7612
[65 e +] anos	2969	3122
Total	14 058	14 324

Fonte: INE

O Quadro 32 apresenta a evolução do Índice de Longevidade (n.º) registada no concelho de Valença.

Quadro 32 - Evolução do índice de longevidade no Concelho de Valença

Ano	Índice de longevidade
2001	43,2
2006	47,9

Fonte: INE

ACIDENTES RODOVIÁRIOS

Da análise do quadro seguinte pode observar-se que o grau de gravidade associado aos acidentes rodoviários registado em 2006 (4,5) foi inferior ao registado em 2004 (4,9). No entanto, apesar da maioria dos parâmetros analisados apresentarem uma ligeira redução, é de salientar que o total de vítimas registou um aumento de 11 para 92, entre 2004 e 2006.

Quadro 33 - Evolução do número de acidentes rodoviários desde 2004

	Acidentes com vítimas	Acidentes com vítimas mortais	Feridos Graves	Feridos Leves	Total de Vítimas	Grau de Gravidade
1º Semestre 2007	34	4	1	41	46	11,8
2006	66	3	7	82	92	4,5
2005	84	5	4	114	123	6
2004	81	4	7	100	11	4,9

Fonte: ARSN

ÁREA DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS NO CENTRO URBANO

O aumento da área de espaços verdes públicos em geral, e no centro urbano em particular, disponíveis por habitante (m² por habitante), conduzirá a um aumento de oportunidades de actividades ao ar livre, melhoria da qualidade do ar, valorização estética da paisagem, entre outros, e consequentemente promoverá a melhoria da saúde humana.

A criação de uma base de informação e acompanhamento acerca do número de residentes que apresenta reacções alérgicas associadas com a poluição atmosférica e com pólenes pode apoiar decisões relativamente à urgência de alterar a planificação das espécies presentes em espaços verdes.

AMBIENTE URBANO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O concelho de Valença dispõe de um **Plano de Urbanização da área central da vila de Valença**, que ainda se encontra em fase de elaboração, e de um **Plano de Pormenor da Zona Industrial e de Armazenagem de Gandra**, que se encontra actualmente em vigor (Quadro 34). O Plano de Pormenor referido surgiu devido à pressão de desenvolvimento industrial que se tem verificado no concelho, e de forma a permitir a criação de mais infra-estruturas e equipamentos, com repercussões positivas a nível económico e social para o concelho.

O regulamento do **Plano de Pormenor da Zona Industrial e de Armazenagem de Gandra** (RCM n.º 15/2004 de 1 de Março), define como objectivo fundamental “a concepção do espaço abrangido,

dispondo sobre os usos do solo e condições gerais de edificação para definição de uma área destinada às actividades empresariais".

Quadro 34 - Planos de Pormenor e Planos de Urbanização em vigor ou em curso, no Concelho de Valença

Fonte: Relatório do Plano

Planos de Urbanização e Planos de Pormenor	Estado de desenvolvimento	Área (ha)
Plano de Urbanização da área central da vila de Valença	Em elaboração	45,71
Plano de Pormenor da Zona Industrial da Gandra	Em vigor (RCM n.º 15/2004, de 1 de Março)	87,64

Fonte: Relatório do Plano

LICENÇAS PARA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Relativamente à evolução da construção no Concelho de Valença, pela análise do Quadro 35 pode concluir-se que esta tem vindo a registar uma redução acentuada. No caso de construção nova esta redução situou-se, entre 1995 e 2006, acima de 90%. No que respeita aos edifícios licenciados para reconstrução, estes registaram um valor máximo em 1998, tendo vindo a decrescer nos últimos anos.

Quadro 35 - Número de edifícios licenciados, por tipo de obra (construção nova ou reconstrução) no Concelho de Valença

Ano	Construção Nova	Reconstrução
1995	113	7
1996	124	5
1997	94	14
1998	78	96
1999	94	30
2000	102	17
2001	103	21
2002	104	12
2003	73	10
2004	68	21
2005	73	8
2006	6	17

Fonte: INE

Interessa assegurar que a recuperação do sector da construção no Concelho de Valença seja acompanhada pela recuperação do edificado existente.

ÁREAS PROPOSTAS PARA DESAFECTAÇÃO DOS REGIMES DE REN E DE RAN

As áreas propostas para desafecção dos regimes da RAN (5,92%) e da REN (3,3%) são quantitativamente pouco expressivas. No entanto, a decisão de desafecção deve ter uma base qualitativa designadamente em matéria de Reserva Ecológica Nacional, cumprindo naturalmente os dispositivos legais disponíveis (Quadro 36).

Quadro 36 - Áreas propostas para desafecção dos regimes de REN e RAN

	Unidades	Área
Área total de RAN, no município	Hectares	2405,4
Área total de REN, no município	Hectares	5434,6
Área de RAN desafectada, por efeito de PMOT	Hectares	142,5
Área de REN excluída, por efeito de PMOT	Hectares	181,1
Área de REN utilizada por intervenções com RIP – Reconhecimento de Interesse Público	Informação não disponível	

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

De acordo com o estabelecido no n.º 3 do Artigo 14º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, relativo à Estrutura Ecológica, "Os planos municipais de ordenamento do território estabelecerão, no quadro definido pelos instrumentos de gestão territorial cuja eficácia condicione o respectivo conteúdo, os parâmetros de ocupação e de utilização do solo assegurando a compatibilização das funções de protecção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações".

No âmbito da sua delimitação física, a EEM para o concelho de Valença enquadra as áreas, valores e sistemas fundamentais para protecção e valorização ambiental dos espaços, quer se tratem dos espaços rurais, quer dos espaços urbanos, assegurando a compatibilização das funções de protecção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.

De acordo com a proposta de Regulamento do Plano, a EEM do concelho de Valença é composta pela:

a) **Estrutura Ecológica em Meio Urbano** que compreende as áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços urbanos. Caracterizam-se por serem as áreas verdes integradas no tecido urbano da sede do Concelho que, sem prejuízo do regime jurídico da REN, da RAN e da Rede Natura 2000, deverão ser objecto de qualificação, arranjos paisagísticos, com o objectivo de se criarem condições atractivas para usos e funções

relacionados com a cultura, desporto e lazer, consentâneas com a salvaguarda e conservação do património natural.

b) **Estrutura Ecológica em Meio Rural** - compreende o conjunto de áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços enquadráveis em solo rural, integrando as áreas delimitadas no âmbito da Rede Natura 2000, da RAN, da REN e do Regime Florestal Parcial, e os espaços complementares, por forma a valorizar as suas potencialidades biofísicas de forma a constituir uma rede que assegure o equilíbrio ecológico do concelho. A Estrutura Ecológica em Meio Rural é composta pelas áreas integradas em Espaço Agrícola; Espaço Florestal; Espaço Natural e Espaços de Equipamento em Meio Rural (de recreio, lazer e culto).

c) Estão ainda integrados na Estrutura Ecológica Municipal os Percursos Amigáveis definidos pelos Caminhos de Santiago, pela Eco-Pista e pela área da Reserva Geológica do Alto dos Teares.

O quadro 37 apresenta a área afectada à Estrutura Ecológica em Meio Urbano.

Quadro 37 - Quantificação da categoria de espaço relativa à Estrutura Verde Urbana, na actual proposta de ordenamento.

Solo	Categoria de Espaço	Área (ha)	(%)
Solo Urbano (Estrutura Ecológica em Meio Urbano)	Estrutura Verde Urbana	214,50	1,83

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMPETITIVIDADE

REDE VIÁRIA E VOLUMES DE TRÁFEGO

As **acessibilidades** são um factor importante para a promoção do Desenvolvimento Regional e da Competitividade do Concelho de Valença. No entanto, a par com o desenvolvimento da rede viária importa acautelar os impactos ao nível da qualidade do ar e do ruído. Deve, sempre que possível, proceder-se ao estabelecimento de barreiras acústicas recorrendo à utilização de árvores e arbustos de espécies adequadas uma vez que estes cumprem a dupla função de barreira acústica e de sumidouro de dióxido de carbono. Adicionalmente, estes elementos contribuem para a valorização ambiental e estética da paisagem.

A qualificação da Avenida Miguel Dantas – EN13 é uma oportunidade para a integração de vários conceitos de sustentabilidade que contribuam para a sua valorização ambiental.

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Relativamente à **mobilidade sustentável** pretende-se analisar se estão a ser criadas condições que conduzam ao aumento de hábitos de andar a pé e de bicicleta, para percorrer distâncias curtas e actividades de lazer, e de incentivo à utilização de transportes públicos.

Ainda, deve ser aferido se a criação de condições é acompanhada do aumento efectivo de meios de transporte mais sustentáveis.

A **Ecopista** Valença/Monção constitui um atractivo turístico e um espaço que cumpre os objectivos de mobilidade sustentável. No entanto, a melhoria de condições cicláveis e pedonais nos centros urbanos é aconselhada.

Os **transportes públicos** assumem um papel importante para a redução de níveis de tráfego, e consequentemente para a redução da poluição do ar e sonora. A melhoria dos transportes escolares é uma ótima medida para incentivar a utilização de transportes públicos.

A colocação de **parquímetros** nos centros urbanos e a instalação de **parques de estacionamento na periferia** são medidas para desincentivar deslocações de curta distância da população residente e para reduzir os volumes de tráfego e de poluição do ar nesses centros.

A descentralização de serviços através de processos de Modernização Administrativa e do projecto Vale do Minho Digital contribui de uma forma muito positiva para a diminuição da necessidade de deslocações e assume-se como um contributo essencial para a mobilidade sustentável (menos deslocações e/ou deslocações mais curtas de carro).

A **modernização administrativa** vem impulsionar e concretizar alguns objectivos de sustentabilidade através do aumento da proximidade dos serviços aos cidadãos (descentralização de serviços) e do acesso generalizado à informação municipal e regional. A **proximidade de serviços aos cidadãos** contribui grandemente para a mobilidade sustentável na medida em que diminuem quer a necessidade de deslocação quer a extensão das deslocações no Concelho de Valença.

4.4.3. Efeitos esperados, oportunidades e riscos

SAÚDE HUMANA

Apesar do cariz territorial da proposta de revisão do PDM, pretende-se atingir objectivos de sustentabilidade que têm como génese a melhoria da qualidade de vida das populações. As opções estratégicas previstas do Plano pretendem contribuir para o aumento da população residente de onde se destacam medidas como as que pretendem promover a viabilidade de utilização do principal centro urbano. As novas opções rodoviárias, a requalificação das vias urbanas e a adopção de iniciativas de mobilidade poderão vir a ter um contributo significativo para melhorar os números associados a indicadores como os que estudam o número e a tipologia de acidentes rodoviários.

AMBIENTE URBANO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

As opções estratégicas do Plano aparentam não contribuir para uma ultrapassagem do da ocupação do espaço urbanizável disponível e identificado no PDM quer como espaço urbanizável preferencial quer como espaço urbanizável secundário. Aliás o potencial disponível e identificado para o PDM actualmente em vigor está longe de ser atingido.

É previsível que face às iniciativas de requalificação urbana venham a aumentar as licenças de reconstrução, o que motiva uma atitude de reutilização do património existente e da sua adaptação à modernidade e exigências sociais de elevado interesse para a sustentabilidade do concelho.

Importa ainda a respeito deste indicador referir que as áreas propostas para desafectação do regime da RAN e da REN são quantitativamente pouco expressivas, no entanto a decisão de desafectação deve ter uma base qualitativa designadamente em matéria de Reserva Ecológica Nacional, cumprindo naturalmente os dispositivos legais disponíveis.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMPETITIVIDADE

Ficou demonstrado ao longo dos documentos de suporte ao PDM que as iniciativas propostas têm como objectivo entre outros aspectos a nuclearização da actividade industrial, evitando a dispersão e ocorrência de fontes de poluição difusas. O Parque industrial anteriormente referido é disso um bom exemplo.

A melhoria das acessibilidades, contrariando a sua deficitária hierarquia são medidas que integram opções estratégicas com as quais se pretende ir de encontro a conceitos de mobilidade sustentável. No entanto a proximidade da “mobilidade de fronteira”, a criação de novos núcleos de génese logística implicam naturalmente maior uso das rodovias e maior circulação de veículos com as implicações ambientais decorrentes desta situação. A adopção de políticas municipais de mobilidade sustentável como a exemplar ecopista são factores mitigadores e compensadores essenciais de alguns destes potenciais impactes.

4.4.4. Directrizes para seguimento

Considera-se relevante adoptar um programa de seguimento que permita fazer um acompanhamento com proximidade temporal dos indicadores sugeridos. Um programa sobre mobilidade sustentável é uma iniciativa essencial que permite o acompanhamento parcial deste factor mas que também reforça os projectos de génese de desenvolvimento local como o que está ancorado na ecopista.

Neste contexto, deverão ser seguidas as orientações definidas no Plano de Controlo (Quadro 39), onde se definem indicadores, medidas de gestão ambiental e acções a realizar, que deverão ser tidas em consideração pelo município para que se garantam elevados níveis de sustentabilidade.

5. Quadro de Governança para a acção

O quadro de governança para a acção é fundamental para o sucesso da implementação do PDM de Valença, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança para o PDM de Valença, que garanta o cumprimento dos objectivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das directrizes propostas.

Desta forma, são identificadas no Quadro 38 as entidades e os agentes que se considera terem um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das acções previstas no futuro PDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial.

Quadro 38 – Quadro de Governança para a Acção

Entidades	Acções
Instituto da Água	<ul style="list-style-type: none"> - Manter actualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de Planos de Gestão (e Planos de Acção) com vista à conservação das espécies e habitats presentes na área do SIC Rio Minho e área de ZPE correspondente ao município de Valença. - Manter actualizados os resultados da monitorização da qualidade da água dos recursos hídricos e da qualidade do ar. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Instituto Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de Planos de Gestão (e Planos de Acção) com vista à conservação das espécies e habitats presentes na área do SIC Rio Minho e área de ZPE correspondente ao município de Valença.
Administração Regional da Saúde do Norte, IP	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Associação Municipal do Vale do Minho	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Câmara Municipal de Valença	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a valorização do património natural no SIC Rio Minho e na ZPE através do desenvolvimento de Planos de Gestão (e Planos de Acção). - Solicitação de pareceres, Estudos de Impacte Ambiental e Estudos de Incidências Ambientais em conformidade com o nº 4 e nº 6 do art.º 39 (Orientações de Gestão) do Regulamento do PDM de Valença proposto. - Apoiar as associações florestais na criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e controlo de espécies exóticas infestantes. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das acções previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização de operações de gestão de resíduos. - Fomentar diferentes formas de participação pública.
Associação de Produtores Florestais	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificar esforços no sentido da criação de ZIFs e do acompanhamento e controlo de espécies exóticas infestantes no município.
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar activamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública.

6. Plano de Controlo

Para que a Proposta de Revisão do PDM de Valença apresente uma contribuição efectiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi desenvolvido um **Plano de Controlo** que visa assegurar a garantia de cumprimento das directrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução da revisão do PDM.

Neste contexto, o Plano de Controlo insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação nos 10 anos de duração do PDM, actualmente em fase de revisão.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente seleccionados, com o objectivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano.

Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental e respectivas Acções a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que profetizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Tendo em conta o referido no Artigo 11º da Directiva 2001/42/CE, de 25 de Junho, e no Artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, os resultados das Acções previstas no Plano de Controlo (designadamente as acções de monitorização) serão actualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável pela elaboração do Plano (Câmara Municipal de Valença), serão divulgados pela entidade referida através de meios electrónicos e posteriormente remetidos à Agência Portuguesa do Ambiente.

Uma vez que os Planos Directores Municipais são obrigatoriamente revistos decorridos 10 anos após a sua entrada em vigor (ou após a sua última revisão), propõe-se que a **revisão integral do Plano de Controlo** definido (Figura 8) seja efectuada de três em três anos, por parte da Câmara Municipal. Aquando da revisão do Plano de Controlo, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser ponderadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste dessas mesmas medidas e metas.

A Figura 7 resume e identifica as etapas que devem ser seguidas durante a Fase de Seguimento do Plano.

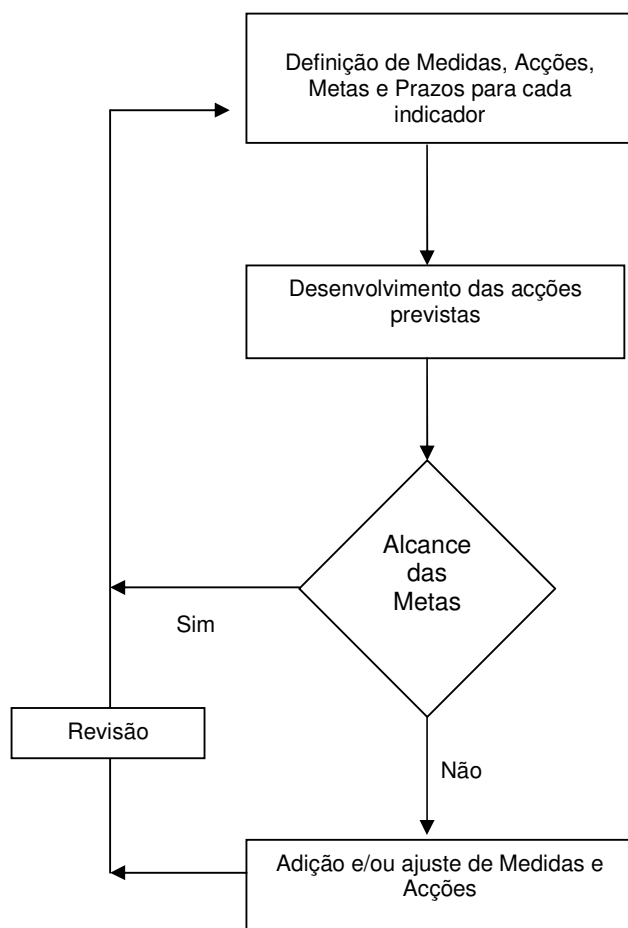


Figura 8 - Esquema conceptual das etapas que constituem o Plano de Controlo da Fase de Seguimento.

O Quadro 39 apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação do PDM de Valença, e define as medidas de gestão ambiental, acções a desenvolver e respectivos prazos a ter em consideração.

Quadro 39 – Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade, medidas de gestão ambiental e acções a desenvolver.

FCD	Indicador	Medidas	Acções
Biodiversidade	Conservação e valorização de áreas do Município integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas		
	Planos de gestão em áreas classificadas	Promover a conservação de espécies e habitats	Monitorização do estado de conservação dos valores naturais; Desenvolvimento de acções de conservação de espécies e habitats.
	Gestão de habitat: Rios	<ul style="list-style-type: none"> - Conservar e recuperar a vegetação ribeirinha autóctone - Condicionar a construção de açudes e barragens em zonas sensíveis - Melhorar a transposição de barragens e açudes à fauna - Manter e recuperar habitats contíguos 	Planeamento adequado nas intervenções de requalificação de zonas ribeirinhas/fluviais em diferentes localidades com vista à preservação dos valores presentes
	Gestão de habitat: Matos e vegetação pioneira	Condicionar o pastoreio e a florestação	
	Gestão de habitat: Floresta e matagais naturais	Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones	Planeamento adequado nas intervenções de requalificação de zonas ribeirinhas/fluviais em diferentes localidades com vista à preservação dos valores presentes
	Trilhos de interpretação equipados e sinalizados	Promoção e valorização do património natural	Criar condições para a dinamização de acções de interpretação e sensibilização ambiental
	Preservação de valores naturais com ocorrência fora da Área Classificada		
	Habitats com elevado interesse conservacionista	Conservação das espécies ameaçadas e protegidas, bem como de habitats com elevado interesse conservacionista existentes no município	Realização de estudos de suporte ao conhecimento do estado de conservação do património natural relevante para a conservação da natureza e da biodiversidade, a efectuar no âmbito da intenção de implementação de projectos que careçam de avaliação ambiental (Avaliação de Impacte Ambiental e Análise de Incidências Ambientais, e
	Flora (Espécies ameaçadas e protegidas)		

FCD	Indicador	Medidas	Acções
	Fauna (Espécies ameaçadas e protegidas)		posterior monitorização.
	Fauna prioritária	Conservação do lobo e do seu habitat nas áreas de distribuição no interior do município	Implementação do Plano Nacional de Acção para a Conservação do Lobo com vista à conservação do lobo e do seu habitat natural
	Área de infestação com espécies exóticas invasoras	Levantamento e acompanhamento da evolução da área coberta com espécies exóticas invasoras	- Produção periódica de cartografia temática; - Nos casos críticos proceder a acções de controlo de espécies exóticas invasoras, concertadas com as entidades com competências nos domínios em questão e com recurso a equipas especializadas no controlo deste tipo de vegetação
	Outros indicadores com interferência na preservação do estado de conservação dos valores naturais do município		
	Zonas de Intervenção Florestal	Apoio à sua concepção	Promover acções de sensibilização relativas aos benefícios da sua criação
	Descontinuidades introduzidas na rede hidrográfica e nos habitats (Infra-estruturas)	Evitar criar efeito barreira à livre dispersão da fauna	Promover dispositivos que possibilitem a dispersão da fauna
	Descontinuidades introduzidas na rede hidrográfica e nos habitats (Áreas urbanas/urbanizáveis)	Evitar destruição de habitats protegidos	Planeamento adequado nas intervenções previstas com vista à preservação dos valores naturais presentes
	Descontinuidades introduzidas na rede hidrográfica e nos habitats (Perímetros industriais)		
	Solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial ³	Evitar a alteração de uso do Solo Rural para afectações que promovam a degradação significativa das características biofísicas da área.	- Verificar a estrita necessidade de afectação de Solo Rural por expansão urbana devido à colmatção do espaço previsto no plano para esse uso; - Verificar a não ocorrência de valores naturais protegidos na área a afectar
	Novas áreas e/ou propostas para reconversão florestal (áreas degradadas: monoculturas, com invasoras, áreas florestais ardidas, etc...) ³	Promover a reabilitação da Floresta autóctone	Incentivar a recuperação de áreas degradadas com recurso à rearborização com espécies autóctones revelando os benefícios

FCD	Indicador	Medidas	Acções
	Habitats/Unidades de Conservação, identificados em contexto rural, integrados na EEM.	Salvaguardar a conservação dos valores naturais presentes	ambientais e económicos
	Habitats/Unidades de Conservação identificados em espaço urbano/urbanizável e industrial, integrados na EEM		Promover acções de manutenção do estado de conservação dos habitats
Património Cultural	Património Arqueológico e Arquitectónico		
	Património arqueológico classificado	Preservar locais arqueológicos e outras características culturais importantes	- Levantamento do património arqueológico e arquitectónico existente;
	Património arquitectónico classificado	Preservar imóveis arquitectónicos e outras características culturais importantes	- Promover acções de sensibilização relativas à preservação e valorização do património Arqueológico e Arquitectónico.
Factores Físicos	Resíduos		
	Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	- Diminuir a contaminação do solo - Minimizar o impacto provocado por resíduos - Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro	- Monitorizar os resíduos valorizáveis e os que são desviados para aterro - Melhorar o sistema de recolha de resíduos indiferenciados ¹ - Implementação da Recolha Selectiva junto dos grandes produtores, incluindo infra-estruturas municipais ¹ - Promover a valorização de resíduos biodegradáveis ¹
	Resíduos Sólidos Urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)	- Implementação de boas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha selectiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos	- Promover acções de sensibilização relativas à política dos 3 R's - Realização de inquéritos de satisfação à população.
	Água Superficial e Subterrânea		
	Qualidade da água superficial	- Assegurar a qualidade e quantidade da água superficial - Protecção e melhoria da qualidade da água	- Acções de revitalização e recuperação de leitos e margens dos rios e ribeiros - Promoção de acções de limpeza das margens das linhas de água

FCD	Indicador	Medidas	Acções
		- Implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos em todo o concelho de Valença (medidas de redução do consumo de água, entre outras)	- Implementação de um sistema de monitorização da qualidade da água nos recursos hídricos superficiais - Promoção de acções de sensibilização de preservação dos recursos hídricos - Realização de inquéritos de satisfação relativos à qualidade das linhas de água existentes.
	Água para Consumo Humano		
	Consumo de água por habitante	- Uso racional e uso eficiente da água - Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano	- Monitorização do consumo de água por habitante - Promoção de acções de sensibilização de poupança de água
	População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	Garantia de abastecimento de água para consumo	Levantamento da população servida por sistema de abastecimento de água
	Perdas no sistema de abastecimento	- Uso racional da água - Consumo de água	Monitorização das perdas no sistema de abastecimento
	Águas Residuais		
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	- Implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o destino adequado dos efluentes líquidos, de forma a diminuir eventuais cargas poluentes emitidas para as linhas de água; - Garantia de saneamento de águas residuais	Levantamento da população servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais
	População servida por sistemas de tratamento de águas residuais (%)		
	Ruído		
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 65 dB (A) - Zonas mistas	Diminuir os níveis de ruído ambiental nas zonas mistas	- Monitorização dos níveis de ruído ambiental
	População exposta a níveis sonoros LAeq nocturno > 55 dB (A) – Zonas mistas		
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 55 dB (A) – Zonas sensíveis	Diminuir os níveis de ruído ambiental nas zonas sensíveis	- Levantamento da população exposta ao ruído ambiental
População exposta a níveis sonoros LAeq nocturno >			

FCD	Indicador	Medidas	Acções
	45 dB (A) – Zonas sensíveis		
	Energia		
	Consumo energético	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir a poluição do ar - Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorização dos consumos energéticos (gás, electricidade, recursos renováveis) - Fomentar a implementação de outras formas de energia renovável, além da energia eólica já existente - Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético - Promover acções de sensibilização de poupança de energia
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Ocupação de Solo		
	Área total de Espaço Florestal de Protecção e Conservação	- Salvaguarda e protecção do Espaço Florestal	- Promover acções de sensibilização relativas à preservação e protecção do espaço florestal
	Regime Florestal		
	Área integrada na Estrutura Ecológica Municipal	- Salvaguarda dos valores ecológicos, ambientais, paisagísticos e de ordenamento do território	- Promover acções de sensibilização relativas à manutenção da integridade da EEM
	Desafecção da Floresta de protecção e conservação convertida em áreas urbanas, industriais, de equipamentos e infra-estruturas	- Conservar a área de floresta de protecção e conservação	- Minimizar a reconversão de solo florestal em solo urbano
	Estrutura Verde Urbana		
	Estrutura Verde Urbana (m ² /habitante)	Aumentar a Estrutura Verde Urbana	Aumentar os espaços verdes em meio urbano
	Consolidação do Espaço Urbano		
	Taxa de execução do espaço urbanizável	Optimizar a consolidação do espaço urbano	Monitorizar a taxa de execução do solo urbanizável
	Percentagem de novos fogos construídos em solo rural relativamente ao total de novos fogos construídos no município (desde a entrada em vigor do PDM)		Avaliar e monitorizar a percentagem de novos fogos construídos em solo rural, relativamente ao total de fogos construídos, desde a entrada em vigor do PDM

FCD	Indicador	Medidas	Acções
	Renovação e Reabilitação Urbana		
	Licenças para construção nova	Aumentar a renovação e a reabilitação de edifícios	Incentivar a renovação e reabilitação de edifícios
	Licenças para reconstrução		Monitorizar a renovação e a reabilitação de edifícios
	Planeamento		
	Planos de Pormenor em vigor	Aumentar a superfície do concelho com incidência de Plano de Pormenor	Levantamento de áreas do concelho onde seja importante a elaboração de PP
	Planos de Pormenor em elaboração		Monitorizar a área do concelho com PP em vigor ou em elaboração
	Planos de Urbanização em vigor	Melhorar o ordenamento de áreas urbanizáveis	Elaboração de PU para novas áreas de urbanização
	Planos de Urbanização em elaboração		Monitorizar a evolução da área do concelho com PU em vigor ou em elaboração
	Área Total de RAN no Município	Acompanhar a evolução da área de RAN	Monitorizar a área total de RAN
	Área de RAN desafectada		Avaliar as áreas de RAN desafectadas
	Percentagem de RAN desafectada		
	Área Total de REN no Município	Acompanhar a evolução da área de REN	Monitorizar a área total de REN
	Área de REN excluída do respectivo regime (por efeito PMOT)		Avaliar as áreas de RAN excluídas do respectivo regime
	Percentagem de REN excluída do respectivo regime		
	Transportes: Mobilidade Sustentável		
	Zonas exclusivamente pedonais em núcleo urbano	Aumentar as oportunidades para a mobilidade pedonal e de bicicleta	Aumentar as zonas exclusivamente pedonais em núcleos urbanos
	Ciclovias no Concelho		Aumentar a rede de ciclovias do concelho, com particular incidência nos núcleos urbanos
	Ciclovias em núcleos urbanos		
	Utilizadores de Rede de Transportes Públicos	Fomentar a utilização da Rede de Transportes Públicos	Monitorizar o número de utilizadores da Rede de Transportes Públicos
	Utilizadores de rede de Transportes Colectivos	Fomentar a utilização da Rede de Transportes	Melhorar a Rede de Transportes Públicos
			Monitorizar o número de utilizadores

FCD	Indicador	Medidas	Acções
	Urbanos	Colectivos Urbanos	da Rede de Transportes Colectivos Urbanos Melhorar a Rede de Transportes Colectivos Urbanos
	Ruas em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade para todos	Promover a acessibilidade para todos	Avaliar a percentagem de ruas em núcleos urbanos que cumprem os critérios de acessibilidade para todos Aumentar a percentagem de ruas em núcleos urbanos que cumprem os critérios de acessibilidade para todos
	Competitividade		
	Unidades Industriais instaladas no Concelho	Fomentar tanto a qualidade de produtos e serviços como a qualidade ambiental das unidades industriais	Monitorizar as unidades industriais instaladas no concelho e respectivas certificações
	Unidades Industriais certificadas		Promover acções de divulgação e sensibilização para a certificação de produtos e serviços e para a certificação ambiental
	Unidades Industriais com certificação ambiental		
	Unidades de Turismo (Total)	Promover o Turismo em Espaço Rural	Monitorizar a evolução do Turismo em Espaço Rural
	Unidades de Turismo em Espaço Rural (TER)		Divulgar e sensibilizar para as potencialidades do Concelho para o TER

¹ – Acções propostas no âmbito do Plano de Acção da Agenda 21 Local do Vale do Minho.

O Quadro 40 identifica genericamente algumas características relativas ao município de Valença necessárias para efectuar cálculos de índices no âmbito da elaboração do Plano de Controlo.

Quadro 40 - Caracterização geral do concelho de Valença

Parâmetro	Unidade	Medida
Área	km ²	115
Habitantes (2005)	N.º	14301
Freguesias	N.º	16

O Quadro 41 dá continuidade ao Plano de Controlo estabelecido no Quadro 39, focando particularmente os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Valença face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia.

As metas previstas para o concelho de Valença serão definidas no âmbito da Declaração Ambiental.

Apesar de não ter sido possível obter o valor base, para todos os indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização, pelo que foram incluídos no Quadro 41.

Quadro 41 – Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Valença face a metas estabelecidas em documentos estratégicos.

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município de Valença	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas pretendidas para o concelho
Biodiversidade	Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) no município	nº	-	2	2004	Metas a definir no âmbito da Declaração Ambiental
	Superfície do município integrado no SNAC	ha	-	1865,9	2004	
	Trilhos de interpretação equipados e sinalizados	nº	-	7	2008	
	Planos de gestão em áreas classificadas	nº	-	0	2008	
	Espécies ameaçadas e protegidas					
	Flora	nº	-	1	2007 (CIBIO)	
	Fauna	nº	-	14	2007 (CIBIO) ²	
	Fauna prioritária	nº	-	1	2007 (CIBIO)	
	Habitats / Unidades de Conservação					
	Habitats	nº	-	13	2007 (CIBIO)	
	Habitats prioritários	nº	-	2	2007 (CIBIO)	
	Rios	ha	-	-	2007 (CIBIO)	
	Matos e vegetação pioneira	ha	-	-	2007 (CIBIO)	
	Floresta e matagais naturais	ha	-	-	2007 (CIBIO)	
	Planos de Gestão (espécies e habitats)	nº	-	0	-	
	Planos de Acção (espécies e habitats)	nº	-	0	-	
	Zonas de elevado valor paisagísticos	nº	-	0	-	
	Área de infestação com espécies exóticas invasoras	ha	-	-	-	
	Acções de controlo de espécies exóticas invasoras	nº	-	-	-	
	Zonas de Intervenção Florestal	nº	-	-	-	
	Descontinuidades/continuidades introduzidas na rede hidrográfica e nos habitats					
	Infra-estruturas	nº	-	-	-	
	Áreas urbanas/urbanizáveis	nº	-	-	-	
	Perímetros industriais	nº	-	-	-	
	Solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial ³	ha	-	-	-	
	Novas áreas e/ou propostas para reconversão florestal (áreas degradadas: monoculturas, com invasoras, áreas florestais ardidas, etc...) ³	ha	-	-	-	
	Habitats/Unidades de Conservação, identificados em contexto rural, integrados na EEM.	ha	-	-	-	
	Habitats/Unidades de Conservação identificados em espaço urbano/urbanizável e industrial, integrados na EEM.	ha	-	-	-	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município de Valença	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas pretendidas para o concelho	
Património Cultural	Património Arqueológico e Arquitectónico						
	Património arqueológico classificado	n.º	-	43	2008 (IPA)		
	Património arquitectónico classificado	n.º	-	9	2006 (IPPAR)		
Factores Físicos	Resíduos						
	Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	ton/ano	-	7150	2005 (INE)		
	Resíduos Sólidos Urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)	%	-	3	2005 (INE)		
	Água para Consumo Humano						
	Consumo de água por habitante	m³/ano	-	55	2005 (INE)		
	População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	%	95 (PEAASAR)	100	2005 (INE)		
	Perdas no sistema de abastecimento	%	-	30 (referente à BHRM)	2001 (PBHRM)		
	Águas Residuais						
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	%	90 (PEAASAR)	55	2005 (INE)		
	População servida por sistemas de tratamento de águas residuais (%)	%	90 (PEAASAR)	55	2005 (INE)		
	Ruído						
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 65 dB (A) - Zonas mistas	%	0 (RGR)	Carta de Ruído do concelho de Valença em fase de elaboração	-		
	População exposta a níveis sonoros LAeq nocturno > 55 dB (A) – Zonas mistas	%	0 (RGR)		-		
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 55 dB (A) – Zonas sensíveis	%	0 (RGR)		-		
	População exposta a níveis sonoros LAeq nocturno > 45 dB (A) – Zonas sensíveis	%	0 (RGR)		-		
	Energia						
		Consumo energético	Kwh/hab	-	3735	2006 (INE)	
	Ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade	Ocupação de Solo					
		Área total de Espaço Florestal de Protecção e Conservação	ha	-	-	-	
		Regime Florestal	ha	-	-	-	
Área integrada na Estrutura Ecológica Municipal ³		-	-	-	-		
Desafectação da Floresta de protecção e conservação convertida em áreas urbanas, industriais, de equipamentos e infra-estruturas		-	-	-	-		

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município de Valença	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas pretendidas para o concelho
	Estrutura Verde Urbana					
	Estrutura Verde Urbana	m²/hab	-	150	2008 (Relatório do Plano)	
	Consolidação do Espaço Urbano					
	Taxa de execução do espaço urbanizável	-	-	-	-	
	Percentagem de novos fogos construídos em solo rural relativamente ao total de novos fogos construídos no município (desde a entrada em vigor do PDM)	-	-	-	-	
	Renovação e Reabilitação Urbana					
	Licenças para construção nova	n.º	-	147	2004-2006 (INE)	
	Licenças para reconstrução	n.º	-	46	2004-2006 (INE)	
	Planeamento					
	Planos de Pormenor em vigor	n.º	-	1 (RCM n.º 15/2004)	2008 (Relatório do Plano)	
	Planos de Pormenor em elaboração	n.º	-	0	-	
	Planos de Urbanização em vigor	n.º e área	-	0	-	
	Planos de Urbanização em elaboração	n.º e área	-	1 (45,71 ha)	2008 (Relatório do Plano)	
	Área Total de RAN no Município	ha	-	2405,4	2008 (Relatório do Plano)	
	Área de RAN desafectada	ha	-	142,5	2008 (Relatório do Plano)	
	Percentagem de RAN desafectada	(%)	-	5,92	2008 (Relatório do Plano)	
	Área Total de REN no Município	ha	-	5434,6	2008 (Relatório do Plano)	
	Área de REN excluída do respectivo regime (por efeito PMOT)	ha	-	181,1	2008 (Relatório do Plano)	
	Percentagem de REN excluída do respectivo regime	(%)	-	3,3	2008 (Relatório do Plano)	
	Transportes: Mobilidade Sustentável					
	Zonas exclusivamente pedonais em núcleo urbano	Km	-	-	-	
	Ciclovias no Concelho	Km	-	0	-	
	Ciclovias em núcleos urbanos	Km	-	0	-	
	Utilizadores de Rede de Transportes Públicos	n.º	-	-	-	
	Utilizadores de rede de Transportes Colectivos Urbanos	n.º	-	-	-	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base Município de Valença	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas pretendidas para o concelho
	Ruas em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade para todos	%	-	-	-	
	Competitividade					
	Unidades Industriais instaladas no Concelho	n.º	-	-	-	
	Unidades Industriais certificadas	n.º	-	-	-	
	Unidades Industriais com certificação ambiental	n.º	-	-	-	
	Unidades de Turismo (Total)	n.º	-	-	-	
	Unidades de Turismo em Espaço Rural (TER)	n.º	-	-	-	

7. Conclusões

Conforme foi anteriormente referido, o Relatório Ambiental do presente Plano foi desenvolvido numa fase muito evoluída dos trabalhos de suporte ao PDM. Daí que tivesse sido adaptada a metodologia mais comumente referenciada para a promoção da AAE em planeamento.

Para alguns dos indicadores propostos aquando da realização do Relatório dos Factores Críticos, foi difícil obter informação. No entanto estes assentam numa lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correcta da sua actuação.

Neste cenário foi dado particular destaque aos elementos mais específicos de cariz ambiental, ainda que o conceito de ambiente que assiste a este tipo de instrumentos seja um conceito alargado como se pode identificar pela análise dos factores ambientais propostos e seleccionados em sede de Factores Críticos.

Importa também evidenciar que o facto das opções estratégicas que formalizam o Plano terem sido acompanhadas pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas, já estão impregnadas de iniciativas de sustentabilidade que as configuram como opções estratégicas ambientalmente úteis. Este facto não limita no entanto a realização de alguns estudos ambientais para alguns projectos que venham a surgir. Sendo que à “escala” de projecto o nível de informação permitirá adequar muita desta informação.

Assim não foram evidenciados/identificados impactes ambientais significativos não minimizáveis ou compensáveis decorrentes directamente das opções estratégicas do Plano.

8. Referências Bibliográficas

- CIBIO. 2007. O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e os Planos Directores Municipais no Vale do Minho.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Estado da Qualidade do Ar na Região Norte – 2005. Setembro de 2006.
- Direcção Geral da Energia e Geologia. RENOVÁVEIS – Estatísticas Rápidas. Janeiro 2008. N.º 35.
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Instituto da Água. Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Minho. Relatório Final. Abril, 2001.
- Partidário, M.R. 2007. Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas. Agência Portuguesa do Ambiente, 59pp.
- Partidário, M.R. 2006. Termos de referência e Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica, das propostas de Programas Operacionais, no âmbito do quadro de Referência Estratégico Nacional, QCA IV (2007-2013) e Directiva Europeia 2001/42/CE.
- Partidário, M.R. 2004. Avaliação estratégica de impactes em planos de uso do solo. Sociedade & Território, 37/38: 183-193.
- www.ine.pt
- www.inag.pt
- www.aguasdominhoelima.pt
- www.qualar.org
- www.icn.pt
- www.dgge.pt
- www.ccdr-n.pt

9. Anexos

- **Anexo I** – Parecer das entidades consultadas no âmbito do Relatório dos Factores Críticos.
- **Anexo II** – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Externo e respectivos Objectivos Estratégicos.

Anexo I – Pareceres das Entidades consultadas no âmbito do Relatório dos Factores Críticos.

▸ **Parecer da Agência Portuguesa do Ambiente**



APA 15-002583 109 02 05

Município de Valença

29 FEV. 2008

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Valença

4930-702 Valença

S/ referência	Data	N/ referência	Data
Ref. 1159/2008	07-02-2008	279/2008/GAIA	

Assunto: **Relatório Ambiental no Âmbito da Revisão do PDM de Valença**

Serve a presente para transmitir a V. Exa. que a Revisão do Plano enviado a esta Agência para parecer relativamente à sua avaliação ambiental, nos termos do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, conjugado com o Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, nos mereceu a nossa melhor atenção.

Porém, é entendimento deste organismo que a vocação local destes instrumentos de gestão territorial exige uma ponderação dos interesses ambientais, também com uma incidência muito particular na área de intervenção em causa, pelo que a entidade melhor vocacionada para emitir o parecer solicitado em virtude das suas atribuições regionais é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional com jurisdição na área, pelo que junto devolvemos os documentos em causa.

Mais se informa que foi, nesta data, dado conhecimento à CCDR Norte do teor do presente ofício.

Com os melhores cumprimentos.

Entrada Ext. 1979/2008

DE-1008 BESTEYES Class. E

O Director-Geral

António Gonçalves Henriques

Fernanda Santiago
Sub-Directora Geral

Anexo: devolução do processo
MMmm

➤ Parecer da Administração Regional de Saúde do Norte

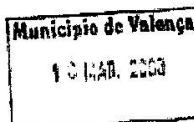
Assunto: Parecer da Administração Regional de Saúde do Norte

Administração Regional de Saúde do Norte, IP
Departamento de Saúde Pública



Ministério da Saúde

Exmo. Senhor
Dr. Fernando Pereira Rodrigues
Vice-Presidente da Câmara Municipal de
Valença
Praça da República
4930-702 VALENÇA



1163/2008-1-10

Sua Referência
1163

Data
7/02/2008

Nossa Referência
Saúde Ambiental

Data

Assunto: Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Director Municipal de Valença – Relatório de Factores Críticos

Relativamente ao assunto identificado e ao qual nos foi solicitado parecer relativamente à "definição do âmbito/relatório de factores críticos" ao abrigo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, articulado com o n.º 9 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, cumpre-me fazer alguns comentários:

O Relatório de Factores Críticos - RFC do Plano Director Municipal de Valença, identifica 4 opções estratégicas:

1. Requalificação Urbana e Rede de Equipamentos;
2. Requalificação da Estrutura Viária;
3. Reforço da actividade concelhia, valorização do património natural e afirmar a memória histórica;
4. Aumentar a competitividade económica e o investimento empresarial no concelho.

O RFC identifica também, 4 tipos de factores críticos relevantes no concelho:

1. Biodiversidade;
2. Património cultural;
3. Factores físicos - Ordenamento do Território;
4. Desenvolvimento Regional e Competitividade.

Da análise do documento apresentado, parecem-nos adequadas a definição dos tipos de factores críticos bem como, as ligações propostas entre os objectivos definidos no PDM de Valença com os diferentes instrumentos de planeamento existentes tanto a nível nacional, regional como local. No entanto, parece-nos também adequado que no seu enquadramento conste também de igual forma a análise do Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2007-2013 (PNAAS) uma vez que este, constitui um pilar fundamental da política nacional de Ambiente e Saúde.

A concretização do Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS) reveste-se de particular importância face à necessidade de uma abordagem integrada e global de "Ambiente e Saúde".

O PNAAS adota assim, uma abordagem integrada e global na compreensão das associações e relações causa-efeito, existentes entre determinados factores de risco de natureza ambiental e seus efeitos adversos na saúde **visando melhorar as políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em factores ambientais, promovendo a integração do**

Rua Américo Jacimcamp, 144 - 4800-078 PORTO - Telef: 225105546 / 3460 - Fax: 225101818 E-mail: cogerdenador@crisp-norte.mn-saude.pt

SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE

Administração Regional de Saúde do Norte, IP
Departamento de Saúde Pública




Ministério da Saúde

conhecimento e da inovação, assegurando a coerência com as políticas, planos e programas existentes, recorrendo aos melhores conhecimentos científicos disponíveis e convidando à participação de todas as partes interessadas, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.


O Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2007-2013 (PNAAS) tem também como desígnio *melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em factores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.* (relatório PNAAS).

PNAAS propõe assim acções, não contempladas nas políticas sectoriais existentes, visando a complementaridade e a inovação, e estabelecendo ou reforçando o compromisso entre os vários actores sociais, enpenhando-os na busca permanente de soluções de maior bem estar, num ambiente que se pretende saudável e sustentável.

A análise do documento proposto, não conduzirá a grandes dificuldades de enquadramento com os objectivos definidos no PDM em causa uma vez que, os indicadores do FOD propostos nomeadamente os respeitantes aos factores críticos são compatíveis e vão de encontro com os objectivos primordiais contemplados no PNAAS.

Com os melhores cumprimentos, 

 A Delegada Regional de Saúde do Norte


IDM: Delina Antunes

D4/15

➤ Parecer do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

ICNB
Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE ÁREAS CLASSIFICADAS DO NORTE

Av. António Macedo 4704-538 Braga
Telef. +351 253 203 480
Fax. +351 253 613 169
dgacn@icnb.pt
http://www.icnb.pt

Ministério do Ambiente,
do Ordenamento do Território e
do Desenvolvimento Regional

Cópia

Av. ANG. Vazquez
13-01-08

DATA S. COMUNICAÇÃO
| |
S. REFERÊNCIA
N. REFERÊNCIA
788
REFERÊNCIA INTERNA

DATA
2008 | 03 | 10

Exmº Senhor
VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
VALENÇA
Fernando Pereira Rodrigues
Praça da República
4930-702 VALENÇA

ASSUNTO
"Definição de âmbito/relatório de factores críticos" para a elaboração do relatório ambiental da revisão do PDM de Valença

Na sequência do V. Of. 1160/2008 de 07.02.2008, N.Entrada 000681 de 11.2.08, solicitando a esta entidade que "...de acordo com o estipulado no DL 232/2007 de 15 de Junho, se pronunciem sobre a "definição de âmbito/relatório de factores críticos" para a elaboração do relatório ambiental da revisão do PDM de Valença", temos a informar que o N. parecer é o seguinte:

Após a leitura do Relatório de factores críticos, entende-se que este apresenta algumas fragilidades metodológicas, nomeadamente, na forma como chega à definição dos referidos Factores Críticos, ao não explicar os fundamentos para a definição das Opções estratégicas e Objectivos da Revisão do Plano, (modelo de organização territorial existente/IGT em vigor, versus dinâmicas e modelo proposto/estratégia e objectivos da Revisão do PDM) e ao não fazer uma leitura/ análise objectiva e correlacionada com os objectivos do QRE. Faz-se também alguma confusão de conceitos e de terminologias entre factores, ambientais, de sustentabilidade, críticos de decisão e critérios etc.

Assim, entendemos que o relatório pode ser melhorado, da seguinte forma:

- Definindo o objecto da avaliação
- As opções estratégicas e objectivos da Revisão do PDM, deveriam surgir apoiadas de forma clara e sistemática, pelos dados da reflexão e avaliação feitas sobre o Plano em vigor e/ou sobre o sentido das dinâmicas do território;
- A definição do conjunto de Factores Críticos para a decisão em AAE, deverá resultar de uma análise objectiva, correlacionada entre os objectivos dos Instrumentos do Quadro

Estratégico de referência e os objectivos da Revisão do PDM de Valença, (utilizando por exemplo tabelas de dupla entrada);

- O conjunto de Factores Críticos a utilizar para a AAE, deverão permitir face à realidade do território de Valença, avaliar as dimensões da sustentabilidade do modelo de ordenamento do território proposto, pelo que
 - i) os factores críticos definidos confundem-se ainda com os factores ambientais, devendo os factores críticos se possível, ter um alcance e nível de pormenorização maiores;
 - ii) os indicadores a associar a cada factor crítico deveriam ser mensuráveis, o que se verifica nalguns casos (superfície do município com estatuto de área protegida), mas não noutros (diversidade de espécies);

- Relativamente ao conjunto de Factores Críticos sugerimos que se considere um Factor Crítico "*Segurança e Riscos Ambientais*", a que num primeiro momento associaríamos um conjunto de indicadores (a ser definidos como tal, isto é mensuráveis), que passam pelos seguintes aspectos: "risco de incêndio", "risco de cheias", "instabilidade geomorfológica", "contaminação de aquíferos", "poluição atmosférica", etc.

- Para o Factor "Biodiversidade", propõe-se o seguinte conjunto de critérios de avaliação e respectivos indicadores, entre outros que se julguem pertinentes (a ser definidos como tal, isto é mensuráveis):

- "**Conservação e Gestão de Habitats**": 1. Expressividade da área do município com estatuto de Área Classificada; 2. Representatividade dos habitats e espécies classificados e susceptíveis de classificação (RN2000 e proposta de inclusão de novas áreas); 3. Classes de espaços com regimes de protecção especial, (Espaço Natural, Espaço Agrosilvopastoril, de Protecção); 4. Proposta de UOPG, Planos de Acção e/ou de Gestão visando a conservação de recursos (valorização de Habitats, ou outras ocorrências do Património natural e da Paisagem);

- "**Conservação e gestão da Paisagem**": 1. Proposta de áreas de elevado valor paisagístico;
- 2. Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial;
- 3. Normativo de gestão dos i) componentes de compartimentação da paisagem (sebes vivas, muros e rede de caminhos); ii) normativo de regulação das mobilizações de solos (aterros e escavação), da extracção de inertes e depósitos de sucatas ou outros resíduos;
- 3. normativo de regulação dos índices de permeabilidade associados aos espaços urbano/urbanizáveis, industriais e ao lote ou parcela nas classes de espaço associadas ao solo rural;
- 4. Planos de Acção e de Gestão visando os usos, actividades e infra estruturas do agro sistema.

- "**Conservação e gestão da Floresta**": 1. Áreas de floresta de protecção e/ou uso múltiplo afectadas pela expansão de áreas urbanas, industriais, de equipamentos e infraestruturas;
- 2. Novas áreas e/ou propostas para reconversão florestal (áreas florestais degradadas);
- 3. Normativo de regulação das operações de manutenção da floresta;
- 4. Planos de Acção e/ou de gestão propostos.

- **“Estrutura Ecológica Municipal”**: 1. Expressividade da área do território concelhio integrado na Estrutura Ecológica Municipal e representatividade dos correspondentes sistemas ecológicos e valores; 2.Descontinuidades/continuidades introduzidas na rede hidrográfica”: i) por infra estruturas; ii) por áreas urbanas/ urbanizáveis e iii) por perímetros industriais; 2. áreas/sistemas naturais, em contexto urbano/urbanizável e industrial integradas na Estrutura Ecológica Municipal; 3. Áreas desafectadas da RAN e REN e afectações propostas; 4.Planos de Acção e/ou de gestão propostos.

De momento é o que nos cumpre informar

Atenciosamente

O DIRECTOR DO DGAC-N

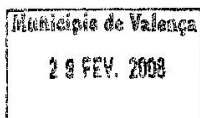


Doutor Henrique Miguel Pereira

➤ Parecer do Instituto a Água



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
INSTITUTO DA ÁGUA, I.P.
Departamento de Ordenamento e Regulação do Domínio Hídrico
Divisão de Ordenamento e Valorização



Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Valença
Praça da República

4930-702 VALENÇA

Vossa referência:
1164/2008

Data
07/02/2008

Nossa referência:
SAI-DORDH-DOV-2008-216
Proc.º

Data 20-02-08

ASSUNTO: RELATÓRIO AMBIENTAL NO ÂMBITO DA REVISÃO DO PDM DE VALENÇA

Sobre o assunto em epígrafe cumpre-nos informar V. Exa. que se concorda genericamente com a metodologia definida para a realização da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Director Municipal de Valença.

No que se relaciona com os Factores Críticos de Decisão identificados, ao nível dos recursos hídricos entende-se que os objectivos de sustentabilidade deverão ainda considerar a "Promoção do uso eficiente da água", tendo em vista a redução do consumo deste recurso.

No que se relaciona com o Quadro de Referência Estratégico entende-se que deverão ainda ser considerados os seguintes planos e programas:

- Plano Nacional da Água;
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água;
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.

No que se relaciona com os objectivos de protecção ambiental deverão ser consideradas as disposições legais em vigor em matéria de recursos hídricos, sendo de destacar:

- Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.

Com os melhores cumprimentos,

P.º O PRESIDENTE

(Orlando Borges)

pM/...

Margarida Almodovar
Directora de Departamento
Av. Almirante Gago Coutinho nº 30 - 1049-066 LISBOA
Telef. 21 843 60 00 - Fax: 21 843 04 69

Anexo II – Instrumentos do Quadro de Referência Externo e respectivos Objectivos Estratégicos.

Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial (PNPOT)
<p>O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o próximo período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013).</p>
Objectivos Estratégicos
<p>O apresenta os seguintes objectivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos;2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;5. Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável - ENDS

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente.

Objectivos principais

A ENDS apresenta os seguintes **objectivos**:

1. Qualificação dos portugueses em direcção à Sociedade do Conhecimento;
2. Economia sustentável, competitiva e orientada para actividades de futuro;
3. Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural;
4. Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida;
5. Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual;
6. Papel Activo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global.

Estratégia nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro, vigorando até 2010.

Objectivos Gerais e Opções estratégicas

A ENCNB é um documento centrado em três **objectivos gerais**:

- Conservar a natureza incluindo os elementos notáveis da geologia geomorfologia e paleontologia;
- Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Para a concretização dos objectivos acima expostos a ENCNB formula **dez opções estratégicas**:

1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, *habitats* e ecossistemas;
2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção integrados no processo da Rede Natura 2000;
5. Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e *habitats*, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
6. Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
10. Intensificar a cooperação internacional.

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN2000

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

Objectivos

Os **principais objectivos** do Plano sectorial são os seguintes:

1. Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo;
2. Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro-escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efectuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam directamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território);
3. Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats naturais e semi-naturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE;
4. Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território;
5. Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos *habitats* e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos *habitats* a proteger;
6. Fornecer orientações sobre a inserção (a efectuar no prazo máximo de seis anos) em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores, na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares;
7. Definir, para cada Sítio e ZPE, os projectos a sujeitar a avaliação de impacte ambiental ou a análise de incidências ambientais.

Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) configura o instrumento de política do Governo que suporta a cumprimento do Protocolo de Quito pelo Estado Português.

Objectivos

O PNAC 2006 pretende:

- Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”;
- Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas;
- Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono.

Plano Estratégico Nacional Desenvolvimento Rural – PEN DR
O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN DR) define a Estratégia Nacional para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural
Objectivos Estratégicos
Definem-se três objectivos estratégicos : <ol style="list-style-type: none">1. Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;2. Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;3. Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Minho
Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) é plano sectorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspectos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações directamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica do Minho, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e protecção do ambiente.
Objectivos Estratégicos
<p>Gestão da Procura – assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspectivas socio-económicas;</p> <p>Protecção das Águas e Controle de Poluição – garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos;</p> <p>Conservação da Natureza – assegurar a protecção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a protecção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água e no estuário;</p> <p>Protecção e Minimização dos Efeitos de Cheias, Secas e Poluição Acidental – promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição;</p> <p>Valorização Social e Económica da Utilização dos recursos – potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos;</p> <p>Articulação do Domínio Hídrico com o Ordenamento do Território – preservar as áreas do domínio Hídrico;</p> <p>Quadro Institucional e Normativo – racionalizar e otimizar o quadro normativo e institucional vigente;</p> <p>Regime Económico-Financeiro – promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e a utilização racional das recursos e do meio hídrico;</p> <p>Conhecimento dos Recursos Hídricos – aprofundar a conhecimento dos recursos hídricos</p>

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho – PROF AM

Instrumento sectorial de gestão territorial, que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspectos técnicos, económicos, ambientais, sociais e institucionais, envolvendo os agentes económicos e as populações directamente interessadas, com vista a estabelecer uma estratégia consensual de gestão e utilização dos espaços florestais do Alto Minho.

Objectivos Estratégicos

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho prossegue os seguintes **objectivos estratégicos**:

- a) Defender e prevenir as áreas florestais da região PROF das ameaças que constituem os fogos florestais, as pragas e as doenças;
- b) Diminuição do risco de incêndio e, conseqüentemente, da área florestal ardida;
- c) Diminuição do número de ignições através da sensibilização e de uma mais intensa fiscalização;
- d) Promover uma detecção do fogo mais célere e uma intervenção mais eficaz;
- e) Assegurar a planificação e a gestão florestal sustentável das áreas públicas e privadas com especial atenção para a planificação e gestão de Áreas Protegidas;
- f) Promover a recuperação e condução da regeneração natural, nomeadamente das espécies mais afectadas pelos incêndios e das manchas mais promissoras de folhosas autóctones;
- g) Adequar as espécies e os modelos de silviculturas à estação;
- h) Estimular o aumento da área de espaços florestais com dimensão apropriada à gestão florestal profissional;
- i) Impulsionar um mosaico florestal diversificado e descontinuado;
- j) Beneficiar os espaços florestais da região PROF de forma a assegurar o cumprimento das suas múltiplas funções, a sua sanidade e continuidade;
- l) Aumentar a área florestal arborizada, com espécies bem adaptadas;
- m) Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente, a castanha, o mel, as plantas medicinais e aromáticas, os frutos silvestres e os cogumelos silvestres;
- n) Impulsionar o ordenamento silvopastoril e a gestão das áreas de pastagem;
- o) Promover a ampliação dos espaços florestais destinados ao recreio e lazer;
- p) Fomentar a adopção de modelos de silvicultura com vista à maior valorização e diversificação dos espaços e produtos florestais;
- q) Restauração das áreas florestais ameaçadas, danificadas ou afectadas com problemas erosivos e controlar o avanço da desertificação ou destruição pontual causada pelos incêndios florestais, pragas e doenças;
- r) Controlar e diminuir a área de incidência de invasoras lenhosas;
- s) Conservação do património florestal em bom estado, da diversidade biológica, geológica e paisagística da região PROF e dos seus habitats naturais, com especial atenção para as Áreas Protegidas.

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais (PEAASAR II)

A estratégia consagrada no PEAASAR 2007-2013 define objectivos e propõe medidas de optimização de gestão nas vertentes em alta e em baixa e de optimização do desempenho ambiental do sector, e clarifica o papel da iniciativa privada, criando espaços de afirmação e consolidação de um tecido empresarial sustentável, concorrencial e ajustado à realidade portuguesa. Visa, assim, a minimização das ineficiências dos sistemas numa perspectiva de racionalização dos custos a suportar pelas populações, estabelece os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária e define a reformulação do enquadramento legal e do modelo regulatório necessária à sua maior eficácia.

Objectivos Estratégicos

No PEAASAR 2007-2013 são definidos **três grandes objectivos estratégicos** e as respectivas orientações que devem enquadrar os objectivos operacionais e as medidas a desenvolver no período de

2007-2013, designadamente:

- i) A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço;
- ii) A sustentabilidade do sector; e
- iii) A protecção dos valores ambientais.

Como **objectivos operacionais**, são definidos, nomeadamente, os seguintes:

- i) Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água;
- ii) Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida;
- iii) Garantir a recuperação integral dos custos incorridos dos serviços;
- iv) Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local; e
- v) Cumprir os objectivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de protecção do ambiente e saúde pública.

Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS)

O Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2007-2013 (PNAAS) tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em factores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.

Objectivos

No horizonte referido, são objectivos do plano:

- Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;
- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)

Tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

Objectivos

Metas para o uso da água no horizonte de vigência do Programa.

- *Meta no consumo urbano:* tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.
- *Meta no consumo agrícola:* Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.
- *Meta no consumo industrial:* Tendo em conta as perspectivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.